

CADERNO DE RESUMOS

Monografias de conclusão
do curso de Bacharelado
e Licenciatura em
História da Universidade
Federal do Paraná

1.º SEMESTRE 2014

*Programação das
apresentações e
resumos das
monografias de
conclusão de curso
de Bacharelado e
Licenciatura*



PROGRAMAÇÃO DAS APRESENTAÇÕES

Dia 04/06 – das 08h00 às 09h30 – sala Prof. Carlos Antunes (612)

Banca 1 – Poder, identidade e devoção

Titulares – Profa. Dra. Fátima Regina F. Fernandes e Prof. Ms. Rafael Diehl

Suplente – Profa. Dra. Martha D. Hameister

Andréia Rosin Caprino

“Eusébio de Cesarela e a formatação do cristianismo como base ideológica para o poder imperial do século IV”

Orientador: Prof. Dr. Renan Frighetto

Luciane Felisbino

“Isócrates e a busca pela união das poleis no século IV A.C: considerações sobre a identidade Grega”

Orientador: Prof. Dr. Renan Frighetto

Vitor Reis Chaves Alvim

“As representações da Cavalaria em perceval ou o conto do Graal, de Chrétien de Troyes”

Orientadora: Profa. Dra. Marcella Lopes Guimarães

PROGRAMAÇÃO DAS APRESENTAÇÕES

Dia 04/06 das 10h00-12h00 – sala Prof. Carlos Antunes (612)

Banca 2 - Identidade, cultura e gênero

Titulares – Profa. Dra. Karina Kosicki Bellotti e Profa. Ms. Neli Teleginski

Suplente – Profa. Dra. Maria Luiza Andreazza

Anna Paula Zanine Koslinski

[“A emergência da culpa na família de classe média brasileira: o discurso psi na revista Pais & Filhos durante as décadas de 1960 e 1970”](#)

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Vosne Martins

Barbara Rodrigues de Oliveira

[“A rainha egípcia na modernidade: uma análise da imagem de Cleópatra VII a partir do filme 'Cléopatra', de 1963”](#)

Orientadora: Profa. Dra. Renata Senna Garrafoli

Davi Cezar Cavalli Pradi

[“Sexo depravado, louco pervertido: A loucura e a problematização do sexo desviante na obra Psychopathia Sexualis de Krafft Ebing”](#)

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Vosne Martins

Lucas Piccoli Ferraz de Lima

[“O Banquete de Babette: História, Literatura e Cultura da alimentação”](#)

Orientadora: Profa. Dra. Roseli Boschilia

PROGRAMAÇÃO DAS APRESENTAÇÕES

Dia 05/06 – das 09h00 às 10h30 – sala Prof. Carlos Antunes (612)

Banca 3– Imagens e poder

Titulares: Prof. Dr. Clóvis Gruner e Prof. Ms. Luiz Carlos Sereza

Suplente – Prof. Dr. Hector Guerra

Carla Fernanda dos Santos

[“Inventariando Alforrias em Curitiba - 1860-1888”](#)

Orientadora: Profa. Dra. Joseli Nunes Mendonça

Felipe Schneider de Souza Amorim

[“Representações do homem do campo nas histórias em quadrinhos do Chico Bento entre 2009 e 2012”](#)

Orientadora: Profa. Dra. Rosane Kaminski

Flávia da Rosa Melo

[“Família Norte-americana e miséria: análise das representações da pobreza e da Instituição familiar em as vinhas da Ira, de 1940”](#)

Orientador: Prof. Dr. Pedro Plaza Pinto

RESUMOS BANCA I

*Quarta-feira, 04 de
junho de 2014 - Das
08h00 às 09h30
Local: Sala Prof.
Carlos Antunes
(612) - 6.º andar -
DEHIS/UFPR*

EUSÉBIO DE CESAREIA E A FORMATAÇÃO DO CRISTIANISMO COMO BASE IDEOLÓGICA PARA O PODER IMPERIAL NO SÉCULO IV

Andréia Rosin Caprino

Orientador: Prof. Dr. Renan Frighetto

Palavras-chave: *Antiguidade Tardia*; Legitimação imperial, cristianismo tardo-antigo.

O período denominado como Antiguidade Tardia inicia-se com a desestruturação política e institucional do século II e se estende até meados do século VIII. A redução da autoridade imperial e a crescente regionalização de poderes, que ganham maior notoriedade a partir do século III, são fatores importantes responsáveis por transformações características do mundo tardo-antigo. Estruturas em esgotamento são renovadas e elementos novos são introduzidos resultando no encontro de culturas, contatos, influências e interação de idéias e conceitos aplicados a uma realidade em transformação. O mundo romano, bem como suas áreas de influência, passa por diversas reformulações, na política, economia, religião, entre outros, alterando, por exemplo, a concepção de unidade pautada na tradição clássica e helenística a respeito do conceito de cidadania ou de Império (*Imperium*).

Houve permanências e continuidades provenientes do mundo clássico e helenístico que se mantiveram presentes na Antiguidade Tardia, porém devemos considerar que concepções ideológicas, como os pensamentos neoplatônico e cristão, transformaram as ideias características e oriundas dos tempos acima citados. “Assim, podemos dizer que se tratava de uma tradição transformada que mantinha a sua característica legitimadora, agregando as novas criações provenientes do pensamento tardo-antigo, inclusive sob o ponto de vista político”¹.

O governo de Flávio Valério Constantino está inserido em tal conjuntura. Esse personagem é aclamado *Augustus* pelos legionários de seu pai, Constancio Cloro, em 306 na *Britania*, fato que denota a regionalização dos poderes em detrimento da autoridade imperial. Ainda em regime tetrárquico, iniciado por Diocleciano, a elevação de Constantino foi considerada usurpação, já que o *Augustus* Galério proclamava o *César* Severo com o título também de *Augustus*. Marco Aurélio Valério Maxêncio usurpa os territórios romanos ocidentais e vence Galério e Severo, gerando nova fratura política em 308, momento no qual Valério Liciniano Licínio é reconhecido como *Augustus* na parte ocidental romana. O antigo *Augustus* Maximiano retorna ao governo e nomeia Constantino com o mesmo título. Em meio a esse cenário confuso de três *Augusti*, Maxêncio como usurpador na *Itália* e a autoridade nos territórios orientais de Galério e de Maximino *Daia*, Constantino busca várias formas para fortalecer a autoridade de seu governo.

Constantino buscou legitimidade por meio do cristianismo, sendo que o mesmo gradativamente recebeu caráter institucional ao invés da conotação supersticiosa que possuía anteriormente. É perfeitamente aceitável a ideia de uma projeção desta religião através das ações políticas do imperador; para constatarmos isso, porém, não é necessária a afirmação de uma conversão pessoal do governante à religião cristã. Acreditamos que a cultura política ditou mais as diretrizes assumidas em seu reinado do que suas opções de crença, o que também não pode ser enquadrado em um pensamento final, como vários historiadores e teólogos o fazem, já que a função real de Constantino era a de um imperador que necessitava fazer frente às oposições e ameaças ao seu poder, buscando todos os meios cabíveis para fortalecer e fundamentar sua autoridade.

¹ FRIGHETTO, Renan, *A Antiguidade Tardia – Roma e as Monarquias Romano-Bárbaras numa época de transformações, Séculos II-VIII*. Curitiba: Juruá, 2012, p. 23.

Mais importante que a polêmica conversão de Constantino, se é que esta realmente aconteceu, são suas atitudes políticas em busca de legitimação imperial. O imperador se amparou não só no cristianismo e em sua heterogeneidade – possuía, por exemplo, o ariano Eusébio de Nicomédia como um de seus conselheiros, mas também no Exército e no próprio Senado. Favoreceu aos cristãos, todavia não abandonou o tradicional ritual imperial, o título de *Pontifex Maximus*, enfim, a religião pagã, embora esta tenha sido alcançada pelas novas concepções ideológicas daquele momento.

A visão encontrada em manuais e em grande parte da historiografia é a de que o cristianismo substituiu lentamente, ou até mesmo bruscamente, o paganismo e suas formas de expressão. Tal análise está relacionada, de maneira geral, com uma historiografia que apreende os séculos III, IV e V como um período de queda e decadência não considerando as reformulações ocorridas com base na tradição e no espaço de sociabilidade de ideias, reveladas inclusive pelo diálogo entre conceitos pagãos e cristãos. Renan Frighetto e Gilvan Ventura da Silva, ao contrário dessa literatura, não tratam a conversão como ponto central em suas abordagens, e veem o período permeado de renovações. De forma semelhante a Frighetto, Gilvan aponta o cristianismo como um elemento que ampliou a base do poder imperial de Constantino, indicando o não rompimento do imperador com o paganismo, devido ao contexto de ideias que dialogavam e influenciavam-se mutuamente.

Além disso, o próprio cristianismo não representava uma religião e ideologia totalmente nova. Sua formulação teórica e aceitação se deram com base na tradição clássica e helenística, e também hebraica. Sob esta perspectiva reformuladora e transformadora que funde concepções nascentes à tradição, acreditamos ser melhor compreensível o período de Constantino, bem como as teorias elaboradas ao longo de seu governo, que almejavam solidificar a autoridade imperial e alcançar a unidade.

No contexto de instabilidade política, conseqüente de forte fratura do poder imperial – conforme mencionamos, nosso governante finda o regime tetrárquico, permanece durante alguns anos no sistema de diarquia e torna-se, finalmente, único *Augustus senior* do mundo romano ocidental e oriental. Cremos que tal trajetória até culminar em sua máxima projeção como imperador não ocorreu apenas tendo como elemento legitimador o cristianismo, embora tenha sido este de enorme importância. Defendemos, portanto, como característica principal do reinado de Constantino a forma plural de governo, em resposta às fragilidades que o rodeavam. Tal análise explica a procura do imperador por uma religião que gradativamente tomava proporções importantes, concomitante à sua permanente vinculação ao paganismo, que tinha o maior número de adeptos no mundo romano durante esse período. O imperador governou de 306 a 337; nosso recorte encontra-se desde o ano em que fora aclamado na *Britania* até o ano 324, quando se tornou único *Augustus*; conforme o limite temporal estabelecido por Eusébio de Cesareia, em sua *História Eclesiástica*.

É em meio ao panorama apresentado que tanto autores cristãos quanto pagãos elaboram suas obras narrativas. Além disso, muitas delas apontam para a sacração da imagem do *imperator/princeps*. A sacração do poder imperial foi um dos traços característicos do sistema do *Dominato*, no qual o poder do *princeps* tornou-se maior e mais importante frente a outras instituições políticas, como o Senado, e assumiu conotação sagrada e hierárquica. O *Dominato* iniciou-se com Diocleciano (284 d.C.), recebeu imprescindíveis construções com Constantino e alcançou o final do século IV.

A partir da conjuntura acima referida, nossos esforços concentram-se em indicar conceitos e virtudes elaborados por Eusébio de Cesareia, bispo e autor cristão contemporâneo a Constantino, presentes em sua obra *História Eclesiástica*, que reforçam a legitimação do poder imperial e sua relação ideológica com o fortalecimento do cristianismo no século IV. Almejamos observar a dimensão do papel de Eusébio no

espaço imperial romano como construtor e legitimador do governante com base em elementos cristãos, bem como analisar os primórdios da institucionalização e da fundamentação do cristianismo como uma religião legítima e formadora de uma identidade.

A *História Eclesiástica* teve sua redação iniciada na última década do século III e ganhou forma completa e definitiva pouco depois de 324, já que fora ampliada ao longo dos anos a partir de novos acontecimentos. Conjectura-se que tenha sido traduzida já no século IV ao siríaco e mais tarde ao armênio. Em 402, Rufino fez uma versão latina estendendo a escrita da obra até o ano de 395. Além das três mencionadas, é possível que tenha sido feita uma versão copta. Peculiar por ter sido a primeira História Eclesiástica - subgênero historiográfico cristão - abrange os fatos que vão desde Jesus Cristo até a dupla vitória de Constantino sobre Maxêncio, em 312, e sobre Licínio, em 324. Entre esse recorte, o autor trata de questões como a sucessão de bispos, a relação entre pagãos e judeus, as perseguições aos cristãos e as heresias. Para a atual investigação observamos o prefácio da obra (livro primeiro) e o último livro (décimo). De maneira geral, a ideia construída pelo bispo cristão na *História Eclesiástica* é a de que o triunfo de Constantino e o da Igreja são prova da santidade e veracidade desta instituição, conectando, assim, a vitória do imperador em 324 com o êxito do cristianismo.

Para nossa pesquisa, utilizamos três versões: uma da *Loeb Classical Library*, que apresenta os textos em grego e inglês, traduzida por Kirsopp Lake; outra versão em italiano, da *Città Nuova Editrice*, com a tradução de Salvatore Borzì, Franço Migliore e Giovanni Lo Castro; e uma terceira, da editora *Paulus*, coleção Patrística. Essas versões são baseadas na edição de Edward Schwartz (1903), que é a melhor conceituada entre os estudiosos, por ele ter feito um estudo apurado dos manuscritos conhecidos da *História Eclesiástica*².

Eusébio de Cesareia constituiu-se em um dos grandes nomes vinculados à política religiosa de Constantino o Grande, difundido por muito tempo, e tendo repercussões até os dias atuais, como o “Imperador cristão”.³ Nascido na região da Palestina entre os anos 260 e 265, vive na Cesareia marítima desde jovem, local em que recebe vasta formação cultural através da biblioteca desta cidade, fundada por Orígenes⁴ e mantida por Pânfilo⁵. Este último foi seu mestre e amigo, e os anos de convívio e aprendizagem renderam a Eusébio a outra designação pela qual é conhecido – *Eusebius Pamphilus*. É tido por vários autores como um dos conselheiros do imperador, embora não o mais próximo.

² Desde o século XVI há versões impressas produzidas por vários estudiosos que analisaram os códices da *História Eclesiástica*, em siríaco, latim e, principalmente, em grego, língua original da obra. Schwartz realizou uma edição que contempla todos esses manuscritos, sendo aceito por muitos especialistas.

³ DANIÉLOU, Jean e MARROU, Henri, em **Nova História da Igreja** (p.253), afirmam: “A fronteira entre o temporal e o espiritual, o profano e o sagrado, não se estabelece entre as instituições da Igreja e as do Império: insinua-se por vezes, de forma dramática, no interior mesmo da personalidade tão complexa do imperador cristão [Constantino]...”

⁴ Grande pensador e estudioso cristão, Orígenes nasceu por volta de 185, no Egito. Teve excelente educação na literatura grega e nas *Escrituras*. Durante a perseguição de 206 em Alexandria, assumiu a atividade de mestre, mas fora denunciado. Mesmo fugido, continuou a ensinar em congregações cristãs e casas dessa região. Posteriormente, o mestre cristão foi nomeado chefe da escola catequética em Alexandria. Gradativamente, sua fama como intérprete da *Palavra* tornou-se conhecida no Egito e no Mediterrâneo oriental. As obras de sua autoria mais célebres são *Sobre os primeiros princípios*, *Contra Celso* e *Hexapla*.

⁵ *Pamphilus was a native of Phoenicia who had studied in Alexandria and settled in Caesarea. He here collected a large library, including some of the works of Origen and the original of the Hexapla*. In EUSEBIUS. Introduction; **Ecclesiastical History**. Harvard University Press, 1926, p.X.

Foi descrito por Jerônimo na obra *Sobre os homens ilustres (De Viris Illustribus)* como “estudiosíssimo nas Escrituras divinas”⁶. Não há informações sobre sua procedência familiar; a fonte mais antiga que relata a vida do erudito foi escrita por Acácio, seu sucessor no episcopado, porém nunca foi encontrada⁷. Durante a perseguição aos cristãos desencadeada por Diocleciano a partir de 303, na qual Pânfilo foi encarcerado e morto, Eusébio refugiou-se em Tiro e depois no Egito, onde acabou prisioneiro. Com o edito de tolerância de 311 promulgado por Galério, retornou à Palestina e tornou-se bispo de Cesareia por volta do ano de 313. O bispo iniciou a redação de suas obras, de caráter apologético, exegetico, dogmático e histórico, já antes da elevação a tal posição.

Participou de diversos concílios (Antioquia, Niceia, Tiro, Jerusalém, entre outros), teve contato com Constantino em algumas ocasiões, como na comemoração dos trinta anos de seu governo, e escreveu obras até o fim da vida, em 339/340, na própria Cesareia, dois anos após a morte do governante, ao qual dirigiu algumas de suas composições literárias. A principal delas é a *Vida de Constantino (Vita Constantini)*, uma de suas últimas obras, não revisada e publicada por Acácio; antes disso, redigiu *Em Louvor de Constantino (De Laudibus Constantini)*, discurso proclamado em 335 que festeja a *Tricenália* do governo constantiniano e contém uma introdução apologética ao cristianismo; e o trabalho ao qual nos ocupamos particularmente nesta pesquisa: a *História Eclesiástica (Historia Ecclesiastica)*.

Além de ter elaborado a primeira *Crônica* cristã (na qual tenta provar a antiguidade do cristianismo), Eusébio ficou conhecido como o “pai da história eclesiástica”, por ter sido o pioneiro na tarefa de reunir fatos cristãos em forma de uma descrição histórica, servindo de modelo para vários escritores ao longo dos séculos seguintes, e recebendo especial atenção dos estudiosos da *Bíblia* e defensores e apologistas desta religião. Nosso estudo é centrado não somente na consideração desse personagem como um homem de seu tempo que, incomodado pelos acontecimentos e conflitos religiosos do conturbado século IV, produz trabalhos que visam à justificação do cristianismo como uma religião autêntica, como também e, principalmente, um *historiógrafo* cristão atrelado ao poder político romano.

A *História Eclesiástica* é substancial tanto por seu conteúdo e proposições internas, quanto pela notabilidade do autor cristão entre os seus contemporâneos e autores posteriormente influenciados pelo iniciador de um gênero historiográfico.⁸ Segundo Eustaquio Sanchez Salor,⁹ as histórias eclesiásticas constituem-se em um subgênero historiográfico cristão em que são retratadas as histórias das principais sedes episcopais cristãs desde seu início até o momento em que se escreve, tendo como abordagem central a sucessão de bispos dessas sedes. Possuem enorme importância dentro da historiografia cristã durante os séculos IV, V e VI, ao procurarem responder a necessidades apologéticas e doutrinárias.

O objetivo de se escrever essas histórias foi o de fundamentar a autenticidade da religião cristã, que perante os pagãos era vista como uma seita fortemente dividida já no

⁶ HIERONYMI. *De Viris Illustribus*, cap. LXXXI: *Eusebius, Caesareae Palaestinae, episcopus in Scripturis divinis studiosissimus [...]*.

⁷ Quem relata tal perda é Sozomeno, em sua *História Eclesiástica*, escrita na primeira metade do século V.

⁸ Arnaldo Momigliano, em *As raízes clássicas da historiografia moderna*, Bauru: Edusc, 2004, p.195, aponta: “Tendo em vista que Eusébio de Cesareia foi o primeiro a escrever a história da Igreja a partir do ponto de vista do fiel, ele abriu um novo período da história da historiografia. Com efeito, é duvidoso que algum outro historiador tenha tido o impacto que este autor conseguiu sobre as gerações que o sucederam. Os homens que o seguiram compartilhavam sua fé na Igreja e isto criava um laço que nenhum outro historiador pagão conseguiria estabelecer com seus colegas pagãos...”

⁹ SALOR, Eustaquio Sánchez. *Historiografia latino-cristiana: princípios, conteúdo, forma*. Roma: L’erma di Bretschneider, 2006, p.38-43.

século IV e carente de qualquer unidade; não se sabia qual *igreja* particular ou grupo era o real sucessor de Cristo. Assim, o relato contido nas histórias eclesiásticas a respeito das sedes episcopais mais importantes, principalmente a de Roma, demonstra a sucessão legítima dos bispos que as compõem, levando à cabeça, que foram Pedro e os apóstolos, e legitimando a crença cristã frente aos pagãos.

Entre os vários objetivos que Eusébio de Cesareia teria para escrever uma história eclesiástica imerso em um ambiente de diálogos e tensões entre ‘cristianismos’ e ‘paganismos’, além das próprias dissensões internas ao cristianismo, um de altíssima relevância é, a nosso ver, a busca por legitimidade dessa crença não apenas como uma religião, em meio a várias outras, mas à sua afirmação como religião triunfante. Nesse ínterim, o apoio do poder imperial romano é salutar para o processo de consolidação da mesma.

A fundamentação da *história* que o autor cristão escreve é a revelação trazida à terra por Jesus Cristo, o *Verbo* encarnado, o *Logos* divino, que, anunciado ao longo do *Antigo Testamento* pelos grandes homens de Deus e profetas, cumpriu a *Palavra* ao viver como ser humano neste mundo e trazer salvação a todos os que nele cressem. Tal princípio é desenvolvido por Eusébio através da descrição dos três primeiros séculos da era cristã, que resultam na vitória do cristianismo em meio e após as fortes tribulações, constituindo, assim, uma nova e antiga *nação cristã*. A estruturação da fonte em questão, em forma de sucessão de bispos, indica o vínculo com uma tradição grega na qual obras com esse caráter eram já elaboradas, quando a historiografia pagã relatava a história das escolas filosóficas apontando a sucessão de mestres e discípulos.¹⁰

O triunfo do *imperator* (e subsequente governo dos filhos) é associado ao êxito do cristianismo no relato eusebiano. De alguma maneira, portanto, o autor cristão vincula a ação redentora de Jesus Cristo, o *Verbo* encarnado, à imagem e papel de Constantino, que é descrito por Eusébio como *protegido*, *amado* e *amigo* de Deus, dotado de *piedade* e *virtudes* e que, como *servo*, foi usado para *salvação geral* ao ganhar os *troféus da vitória sobre os ímpios*.

Podemos depreender a partir desses apontamentos, em primeiro lugar, a existência de uma diversidade cultural e intelectual no mundo romano e, especialmente, em Cesareia: cidade que, mesmo não estando entre as mais destacadas da época, constitui-se em uma das regiões produtoras de ideias que atinge a sede do governo imperial romano. Exemplo disso são os próprios escritos do bispo Eusébio: repercutem-se até Constantino fornecendo legitimidade ao seu poder através do elemento cristão. Em segundo lugar, torna-se evidente a não exclusividade de preceitos cristãos quanto à noção de *história* para Eusébio, já que o autor apóia-se, claramente ou não, em escritores e sábios pagãos. É nessa perspectiva que defendemos tanto o caráter inovador da obra *História Eclesiástica*, quanto a sua ligação com a tradição clássica e helenística.

Assim, frisamos a importância de estudar a legitimação imperial num período de instabilidade e desestruturação política com reflexos na sociedade, mas que encontra a unidade, ainda que momentânea e permeada de conflitos ideológicos e militares, em conceitos elaborados, reelaborados e absorvidos pelo poder político-institucional durante o governo constantiniano e que influenciaram, inclusive, o mundo romano posterior.

¹⁰ SALOR, Eustaquio Sánchez. **Historiografía latino-cristiana: principios, contenido, forma**. Roma: L’erma di Bretschneider, 2006, p. 38-43.

ISÓCRATES E A BUSCA PELA UNIÃO DAS *POLEIS* NO SÉCULO IV A.C.: CONSIDERAÇÕES SOBRE A IDENTIDADE GREGA

Aluna: Luciane Felisbino

Orientador: Prof. Dr. Renan Frighetto

Palavras-chave: Pan-helenismo, Isócrates, união das *poleis*

A historiografia costuma definir como Período Clássico ou Idade Clássica o lapso de tempo situado entre as o início do século V a.C., a partir do advento das Guerras entre os Gregos e Persas, e os fins do século IV a.C. – sendo o marco estabelecido por Robert M. Cook a conquista Macedônia representada pela derrota grega em Queroneia¹, em 338 a. C., ou, segundo Mario C. Giordani, a morte de Alexandre Magno, em 323 a.C.² Se por um lado, como aponta o próprio Giordani o termo *Clássico* remete à ideia de algo que tenha atingido o seu apogeu e ficado como modelo³, de outro precisamos lembrar que é nesta época que ocorre grande parte das guerras e desavenças, tanto no plano interno das *poleis* quanto externo.

No âmbito externo, as já mencionadas Guerras entre Gregos e Persas parecem assumir o papel de destaque, uma vez que coroaria o persa como o inimigo por excelência. Além disso, as vitórias gregas sobre estes contribuiriam tanto para o desenvolvimento interno da cidade de Atenas⁴, quanto no desenrolar de suas relações com as demais *poleis*, levando à configuração de uma aliança marítima sob sua liderança (*hegemonia*) – a Liga de Delos, de 478/477 a.C.⁵ Todavia, essa *hegemonia* colocada nas mãos dos atenienses se transformaria, com Péricles, em “um poder, uma *arqué*, no limite, uma tirania”⁶, sendo preferível a utilização do termo *arqué*, por este definir uma autoridade política e militar que subordinaria as demais cidades.⁷

Não tardaria então para que esta *arqué* ateniense começasse a estimular as rivalidades entre cidades, principalmente no que diz respeito Atenas e Esparta. Assim, a Guerra do Peloponeso teria início com a intervenção de Atenas nos assuntos de duas colônias de Corinto – Corcira e Potidéia – e da elaboração do Decreto de Mégara, que os excluía dos portos e mercados por serem colaboradores de Corinto⁸, este pertencente à liga peloponésia a quem pediria auxílio. Uma assembleia é convocada em Esparta para julgar se teria ocorrido ou não a quebra do tratado paz e a possibilidade de uma guerra, votando-se por esta, segundo Mossé, mais pelo temor de que Atenas ampliasse seus poderes⁹.

Além disso, a ameaça persa não havia sido completamente superada, Isócrates denuncia que após Atenas perder a *hegemonia*, é o Rei quem passou a governá-los sendo

¹ COOK, R.M. *Os gregos até Alexandre*. Lisboa: Editorial Verbo, 1966.

² GIORDANI, M.C. *História da Grécia*. Petrópolis: Vozes Ltda, 1972.

³ Ibid. p.102.

⁴ Jones fala do fortalecimento da democracia durante a Primeira Guerra Médica, frente a ameaça de uma tirania na figura de Hípias, ateniense que mantinha relações com os persas no período. JONES, P. V. (org). *O Mundo de Atenas: Uma Introdução à Cultura Clássica Ateniense*. Martins Fontes: São Paulo, 1997. p.10. Enquanto Claude Mossé comenta que a vitória de Salamina como proeza da frota ateniense, cujos marinheiros foram recrutados entre os cidadãos mais pobres, seria lembrado mais tarde como “fruto do empenho dos elementos mais pobres do *demos*”, contribuindo para o triunfo da democracia. MOSSÉ, C.; RAMALHETE, C., TELLES, A. *Dicionário da Civilização Grega*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. p.198.

⁵ JONES, P. V. (org). *O Mundo de Atenas: Uma Introdução à Cultura Clássica Ateniense*. Martins Fontes: São Paulo, 1997. p.19.

⁶ MOSSÉ, C. *Péricles: O inventor da democracia*. São Paulo: Estação da Liberdade, 2008.p. 88.

⁷ Ibid. p.102.

⁸ GIORDANI, M.C. *História da Grécia*. Petrópolis: Vozes Ltda, 1972.p.125-126.

⁹ Loc. Cit. p.104-107.

até mesmo seu árbitro e senhor da paz¹⁰, referindo-se à Paz do Rei, acordo tratado em 387/386 a.C., através do qual reconheceriam o controle persa sobre as cidades da Ásia, enquanto as outras continuariam autônomas¹¹. Podemos pensar se não seria justamente esse caráter autônomo das *poleis* que possibilitariam, de certa forma, todas as desavenças entre elas durante a Guerra do Peloponeso, principalmente se levarmos em consideração que esta teria “assumido rapidamente a aparência de um confronto ideológico entre os democratas partidários de Atenas e os oligarcas partidários de Esparta”¹².

Isócrates (436-338 a.C.), cujo discurso *Panegírico*¹³ será analisado neste trabalho, teria estudado com Pródico e assistido a Sócrates, mas sua principal influência seria o sofista Gorgias¹⁴. Graças a seus estudos pôde recuperar a fortuna perdida com a Guerra do Peloponeso, tendo inicialmente trabalhado como *logógrafo*, tornou-se professor de eloquência após a restauração da democracia. Dentre suas principais contribuições Paul Cloché destaca os campos da retórica, pedagogia, moral, instituições, diplomacia e política¹⁵.

Diante do panorama de conflitos incessantes, vivenciados pelo retórico, entre *poleis* – cujos sistemas de governo são autônomos, possuindo leis próprias e colocando-se sob a proteção de seus próprios deuses¹⁶ – passamos a nos questionar sobre a unidade deste povo, como poderíamos falar em gregos como um grupo coeso, como partícipes de uma identidade comum? Sendo atenienses e espartanos sempre descritos como antagonistas – seja na guerra, em seus sistemas políticos ou mesmo costumes – haveria e quais seriam então os elementos que fariam de ambos gregos?

Os descontentamentos com as guerras entre os gregos¹⁷ fariam nascer no início do século IV a. C. uma corrente de pensamento, denominada pan-helenismo, cujo objetivo seria restabelecer a concórdia entre os gregos e voltar-se contra o perigo bárbaro, pois acreditavam que “apenas a união dos gregos permitiria a resolução dos graves problemas enfrentados pelas cidades gregas”¹⁸. Sendo o *Panegírico*, de Isócrates, uma das principais obras que nos chegaram que versa sobre as necessidades da união e reconciliação das *poleis*, pretendemos através da análise desta obra tentar compreender as construções identitárias feitas pelo autor para persuadi-los de que como partícipes de uma mesma cultura deveriam associar-se contra o inimigo comum – o bárbaro.

Partindo da conceituação apresentada por Jean-Pierre Warnier que define identidade como sendo “o conjunto dos repertórios de ação, de língua e de cultura que permitem a uma pessoa reconhecer sua vinculação a certo grupo social e identificar-se com

¹⁰ ISÓCRATES. Discursos I. Editorial Gredos. p.232.

¹¹ JONES, P. V. (org). *O Mundo de Atenas: Uma Introdução à Cultura Clássica Ateniense*. Martins Fontes: São Paulo, 1997. p.45.

¹² MOSSÉ, C.; RAMALHETE, C., TELLES, A. *Dicionário da Civilização Grega*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. p.224.

¹³ Na introdução a este discurso, Juan M. G. Hermida aponta que seu nome viria de *panegýria*, as festas religiosas celebradas nos jogos Olímpicos e teria sido escrito por volta de 380 a.C. ISÓCRATES. Discursos I. Editorial Gredos. p.199.

¹⁴ Segundo Hermida, Górgias e Lísias teriam precedido Isócrates no pronunciamento de discursos políticos durante os Jogos Olímpicos. ISÓCRATES. Idem.

¹⁵ CLOCHÉ, P. *Isocrate et son temps*. Paris: Les Belles Lettres. p. 5-8.

¹⁶ MOSSÉ, C.; RAMALHETE, C., TELLES, A. *Dicionário da Civilização Grega*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. p.240.

¹⁷ Os campos constantemente devastados levavam à pobreza campesina, além disso, no que diz respeito à Atenas, a perda da *hegemonia* marítima faria sofrer também os cidadãos, tanto pelo desaparecimento dos soldos e salários quanto pela diminuição das atividades artesanais. MOSSÉ, C. *Atenas: A História de uma Democracia*. Editora Universidade de Brasília: Brasília, 1979.p.102-105.

¹⁸ Loc. cit. p.220.

ele”¹⁹, podemos perceber nesta obra isocrática a recuperação de diversos elementos que vinculariam as demais *poleis* à Atenas, construindo uma identidade comum ao passo que demonstrava a primazia de sua cidade em relação às demais, justificando seu desejo de que esta fosse a líder em uma nova aliança grega.

Assim, observamos, por exemplo, a rememoração do passado mítico no qual os atenienses por seu auxílio à Deméter teriam recebido desta os dons da colheita e as celebrações dos mistérios, os quais dividiriam posteriormente com os demais gregos. Motivo pelo qual, segundo Isócrates, a maioria das cidades lhes entregaria parte de suas colheitas, sendo as que deixavam de fazê-lo advertidas pela Pítia a retomarem a tradição²⁰. Essa pequena história parece demonstrar de forma clara as vinculações entre as cidades, mais diretamente mostrando tradições²¹ das quais comungavam – o cultivo e os mistérios – em segunda análise, permite pensar que o retórico formula em seu discurso uma cadeia que liga as demais cidades à Atenas por elos de reciprocidade²², na qual esta permaneceria em posição de destaque em relação às demais, justificando assim sua prerrogativa de *hegemonia*.

Porém, este não seria o único nem o principal argumento identitário levantado pelo autor, que colocaria a *paidéia*, educação grega, como elemento fundamental para a identificação deste grupo. Isócrates destaca o papel ateniense com relação à filosofia e oratória e, segundo ele, graças a estes haviam conseguido que “o nome de gregos se aplique não a raça, mas a inteligência, e se chame gregos mais aos partícipes de nossa educação que aos de nosso mesmo sangue”²³. Assim, daria ao grego um status de cultura e não de nascimento – sangue ou raça. Apropriando-se da antiga linha educativa da *paidéia*, sua retórica estaria ligada aos valores morais da aristocracia e às questões políticas²⁴. Jaeger o liga a uma herança de pensamento ao qual pertenceriam Péricles e Tucídides, que atribuiriam aos atenienses uma tendência à alta cultura do espírito; além disso, segundo o autor, ao atribuir à sua cidade a fundação da cultura, dava a ela um caráter de coletividade que o contraporaria às ideias de Platão²⁵. Afirma que “Isócrates quer salientar aqui a cultura geral, em oposição a um determinado dogma ou método de conhecimento, tal como os platônicos o exigiam”²⁶, seria então a retórica que melhor plasmariam as exigências políticas e éticas da época, convertendo-as em um patrimônio universal²⁷. Assim, podemos pensar que esta cultura geral, que Isócrates afirma originar-se em Atenas de onde fora levada a outras partes, seria mais um elemento agregador dentro do mundo grego, talvez seu vínculo mais forte, que serviria também para diferenciá-los dos demais povos, vistos como bárbaros.

Outro aspecto importante da identidade apontado por Warnier é a produção de uma “*alteridade* em relação a grupos cuja cultura é diferente”²⁸. O tema da alteridade foi

¹⁹ WANIER, J.-P. *A mundialização da cultura*. Bauru: EDUSC, 2003. p.16-17.

²⁰ ISÓCRATES. Discursos I. Editorial Gredos. p.206-208.

²¹ Segundo Warnier, a tradição seria “o que persiste de um passado no presente em que ela é transmitida”. WANIER, J.-P. *A mundialização da cultura*. Bauru: EDUSC, 2003. p.12. Dentro desta ideia, caberia ainda citar as festas solenes, de que fala Isócrates, que serviriam para relembrem o parentesco, renovando os laços de hospitalidade e fazendo novos. ISÓCRATES. Discursos I. Editorial Gredos. p.210-211.

²² Conceito emprestado da antropologia, no qual, segundo Maurice Godelier, as relações sociais e hierárquicas se organizam a partir das prerrogativas básicas da reciprocidade – dar, receber e retribuir. GODELIER, M. *O Enigma do Dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

²³ Tradução livre do espanhol. ISÓCRATES. Discursos I. Editorial Gredos. p.211-213.

²⁴ CAMBIANO, G. Tornar-se Homem. In: VERNANT, J.-P. *O Homem Grego*. Lisboa: Presença, 1994. p.101.

²⁵ JAEGER, W. *Paideia: a formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.p.1065-1066.

²⁶ *Ibid.* p. 1065.

²⁷ *Ibid.* p. 1067.

²⁸ WANIER, J.-P. *A mundialização da cultura*. Bauru: EDUSC, 2003. p.18.

trabalhado dentro do mundo grego por François Hartog²⁹, que demonstra como Heródoto, no século V a.C., construiu uma imagem do que seriam os gregos através da contraposição com o *outro* – costumeiramente visto pelos gregos como bárbaros, dentre os quais se destacam os persas. Dentro do *Panegírico* podemos dizer que encontramos dois tipos de contraposição de grupos de algum modo diferenciados – os bárbaros, sobretudo persas, que pela tradição se opõe aos gregos; e os lacedemônios que aparecem opostos até certa medida aos atenienses.

Devido à natureza do discurso, parece natural que Isócrates teça algumas críticas aos lacedemônios, uma vez que um segundo objetivo de sua obra seria a *hegemonia* ateniense em detrimento da espartana. Assim, se por um lado o retórico elogia os feitos destes durante as Guerras entre Gregos e Persas, por sua agilidade ao prestarem socorro aos atenienses quando Dario desembarcou na Ática³⁰ e quanto ao feito do enfrentamento nas Termópilas onde “os lacedemônios pereceram, e vencendo seu espírito seus corpos cederam, já que não se pode dizer que foram vencidos, pois nenhum deles considerou honroso fugir”³¹. De outro, não poupa críticas às suas ações contemporâneas, uma vez que se achariam merecedores da *hegemonia*, mas estariam fazendo guerra aos gregos e alianças eternas com os bárbaros³². Desta forma, mesmo o antagonismo entre as *poleis* em seu aspecto negativo³³, é demonstrado majoritariamente pela aproximação dos lacedemônios com o bárbaro.

No que diz respeito à contraposição bárbara, se o principal elemento identitário grego seria a sua *paidéia*, que como exposto anteriormente, esta ligada a certos valores morais e políticos, assumindo também um caráter de coletividade; a alteridade bárbara seria exposta pelo inverso³⁴ do que se esperava dos partícipes desta cultura. Desta forma, diferentemente da oposição que faz dos lacedemônios em relação aos atenienses – que permite em certa medida elogios e aproximações – a contraposição representada pelo bárbaro deixa clara sua posição exterior ao mundo grego.

Podemos destacar novamente a questão política, na qual esse grupo aparece representado diversas vezes sob a figura do Grande Rei, enquanto os gregos aparecem sempre mencionados em sua coletividade. Além disso, descreve os bárbaros não apenas como súditos, mas escravos que não sabem o que é viver em igualdade³⁵, e segundo Laura Sancho Rocher, Isócrates não conceberia uma *pólis* de súditos, pois seria o povo que deveria controlar os magistrados, sendo ele o soberano e não o contrário³⁶. Assim, o homem grego seria livre, pois devido ao seu sistema político não se submetia as ordens de um rei, mas formariam no interior da cidade uma *politéia*, na qual os cidadãos possuíam

²⁹ HARTOG, F. *O Espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

³⁰ ISÓCRATES. *Discursos I*. Editorial Gredos. p.221-222.

³¹ Tradução livre do espanhol. *Ibid.* p.223-224.

³² *Ibid.* p. 234.

³³ Coloco como antagonismo em seu aspecto negativo por perceber, em outro momento do discurso, uma oposição no sentido de uma competição entre as duas cidades, na qual os lacedemônios tentariam igualar-se belicamente aos atenienses com medo que estes fossem por duas vezes a salvação grega. *Ibid.* p.223. E segundo Yvon Garlan: “a guerra socializada pode revestir-se positivamente de todos os valores de que a elite cívica se reclama.” GARLAN, Y. *O Homem e a Guerra*. In: VERNANT, J.-P. *O Homem Grego*. Lisboa: Presença. 1994.p.51.

³⁴ Sobre a inversão nos discursos de alteridade ver: HARTOG, F. *O Espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

³⁵ ISÓCRATES. *Discursos I*. Editorial Gredos. p.240.

³⁶ ROCHER, Laura Sancho. Las fronteras de la política. La vida política amenazada según Isócrates y Demóstenes. In: Gerión, Madrid. v.20, n.1, 2002. p. 239.

também participação nas decisões da vida pública³⁷. Em última instância, ao bárbaro – sendo ele representado em sua coletividade ou na figura de seu rei – seria atribuído todos os vícios e faltas: seriam maus guerreiros, adutores, covardes, infiéis etc³⁸; estes ligados à sua educação e forma de governo monárquico – em oposição à *paidéia* e democracia.

Podemos pensar então que, para Isócrates em seu *Panegírico*, a falta mais grave dos lacedemônios foi terem firmado uma paz comum com o Rei, em 386 a.C., na qual os gregos não teriam recebido honra alguma, enquanto aos persas teria sido dado o controle de toda a Ásia, deixando-os em condição de inferioridade³⁹. Além disso, declara que se antes estes faziam guerra às tiranias⁴⁰, agora o faziam contra as instituições democráticas e ajudariam a consolidar monarquias⁴¹, desta maneira a oposição se daria também no campo político; na qual o bárbaro seria também o monarca e/ou tirano em antítese ao sistema constitucional e democrático. Assim, como afirma Rocher, após a Guerra do Peloponeso o enfrentamento ideológico dentro do mundo grego se daria através da antítese democracia-oligarquia, sendo a oligarquia identificada com a tirania e ambas entendidas como sistemas não constitucionais⁴² – ao menos na medida em que o sistema oligárquico se aproximasse das monarquias e tiranias.

É neste sentido que Isócrates parece levar também a sua defesa da *hegemonia* ateniense, na defesa de sua cidade afirma que sob seu governo as cidades teriam prosperado, pois não teriam instaurado políticas contrárias para que lutassem entre si no interior das cidades, administrando-as com as mesmas leis, como aliados e não tiranos, ajudando a fazer guerra contra estes⁴³. Desta forma, o retórico colocaria as “instituições democráticas como as únicas capazes de representar a autonomia e os regimes constitucionais gregos frente ao despotismo bárbaro”⁴⁴, como afirma Rocher.

Assim, com o intuito de dissolver os conflitos entre as *poleis* gregas no século IV a.C. Isócrates ajudaria a construir uma imagem comum a elas, buscando na história – desde um passado remoto e até mesmo mítico até a sua contemporaneidade – elementos que compreendermos ser de um repertório comum, portanto válido aos que apreciariam tal discurso, objetivando a reconciliação das cidades. Construindo também uma alteridade bárbara, na qual projetaria a responsabilidade – direta ou indiretamente – pelos males sofridos pelos gregos, contra o qual deveriam se unir em uma empreitada comum. Assim, a guerra contra o bárbaro apareceria como um último elemento agregador desta sociedade.

³⁷ MOSSÉ, C.; RAMALHETE, C., TELLES, A. *Dicionário da Civilização Grega*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.p.241

³⁸ ISÓCRATES. Discursos I. Editorial Gredos. p.237-241.

³⁹ *Ibid.* p.246-248.

⁴⁰ Referindo-se ao auxílio dado aos aristocratas atenienses contra a tirania no século VI a.C. JONES, P. V. (org). *O Mundo de Atenas: Uma Introdução à Cultura Clássica Ateniense*. Martins Fontes: São Paulo, 1997. p.9.

⁴¹ *Loc. Cit.* p.233-234.

⁴² ROCHER, Laura Sancho. Las fronteras de la política. La vida política amenazada según Isócrates y Demóstenes. In: Gerión, Madrid. v.20, n.1, 2002. p.232.

⁴³ *Loc. Cit.* p.229.

⁴⁴ Tradução livre do espanhol. ROCHER, Laura Sancho. Las fronteras de la política. La vida política amenazada según Isócrates y Demóstenes. In: Gerión, Madrid. v.20, n.1, 2002. p.235.

AS REPRESENTAÇÕES DA CAVALARIA EM PERCEVAL OU O CONTO DO GRAAL, DE CHRÉTIEN DE TROYES

Aluno: Victor Reis Chaves Alvim

Orientadora: Marcella Lopes Guimarães

Palavras-Chave: Cavalaria, Literatura, Chrétien de Troyes

A presente monografia é resultado de um ano de pesquisa de Iniciação Científica, na condição de bolsista PIBIC-CNPq, sob orientação da Professora Doutora Marcella Lopes Guimarães, na Universidade Federal do Paraná, mas também de interesse meu que prolongou-se no curso. Esta pesquisa tem por objetivo analisar as diferentes representações feitas acerca da cavalaria (e por extensão dos tipos de cavaleiros) presentes em *Perceval ou O Conto do Graal*, de Chrétien de Troyes, produzido no final do século XII (década de 1180) a pedidos do conde Filipe de Flandres, patrono da obra.

Desde o romantismo do século XIX, tanto em âmbito literário, como em âmbito historiográfico, os temas medievais, em meio ao furor nacionalista que rondava a Europa, foram reabilitados de sua condição denegrada pelas concepções tanto dos pensadores renascentistas quanto dos pensadores iluministas. Exemplos disso são obras como os *Contos dos Tempos Merovíngios*, de Augustin Thierry, e as produções de Jules Michelet, tal como seu livro *Joana d'Arc*, ambos da primeira metade do século XIX. Na segunda metade do século, o mero colecionismo de objetos medievais bem como o colecionismo, por assim dizer, de fatos políticos um seguido do outro, começaram a concorrer o espaço e tempo da atenção do público interessado para a literatura, a produção cultural que chegava até a Contemporaneidade. Exemplo disto é a tradução para o francês moderno da canção de gesta do século XII *A Canção de Rolando*, de Turol, feita por Émile Théodore Leon Gautier no final daquele século. Com os temas arturianos (da literatura referente ao mito de Artur e seus cavaleiros) não seria diferente. Desde a tradução para o inglês moderno do conto galês *Peredur ab Evrawc (Peredur Filho de Evrawc)*, realizada por Lady Charlotte Guest, muitos contos arturianos foram sendo traduzidos e estudados, entre eles figuravam os de Chrétien de Troyes, visto que a obra deste autor é um marco para a difusão do rei Artur mitológico e de seus cavaleiros bem como para a difusão de um novo ideal de cavalaria; uma cavalaria mais perfeita, mais imbuída de valores cristãos e por isso mesmo mais ligada à religião. A cavalaria se coloca no centro de interesse e das representações do autor, que, não podemos esquecer, era um homem da Igreja. As pontes e correlações que o autor faz entre a cavalaria e as coisas santas e as referências à Igreja ficam mais evidenciadas a partir de seu último romance, *Perceval ou O Conto do Graal*¹, que ficou incompleto devido à sua morte em meados da década de 1180.

Por buscarmos fazer uma análise da cavalaria conforme apresentada por Chrétien, era preciso explicar um pouco sobre a sociedade daquele período, e, para isso nos baseamos em estudos dos historiadores franceses Georges Duby e Jacques Le Goff, mas também nos trabalhos de outros historiadores, tais como Jean Flori, Dominique Barthélemy, C. W. Previtte-Orton, no fundamental estudo de Leon Gautier sobre a cavalaria (elaborado com base na literatura cavaleiresca), Márcia Maria de Medeiros, Steven Runciman, entre outros autores que são úteis para tornar possível, dentro das limitações do trabalho, entender e localizar histórica, geográfica e contextualmente tanto o autor da obra estudada, quanto seu patrono e compreender, também dentro dos limites do trabalho, a

¹ Utilizamos duas edições para a realização do trabalho. Uma edição traduzida para o português moderno por Rosemary Costhek Abílio (TROYES, Chrétien de. *Perceval ou O Romance do Graal*. São Paulo: Martins Fontes, 2002), e uma tradução para o francês moderno feita por Michèle Gally (TROYES, Chrétien de. *Perceval ou le Conte du Graal*. Paris: Larousse, 2010).

mentalidade que a nobreza da Europa ocidental tinha no que dizia respeito à cavalaria no século XII.

Metodologicamente, utilizamos para cotejamento outra fonte da Idade Média central: *O Livro da Ordem de Cavalaria*, escrito pelo catalão Raimundo Lúlio (em catalão; Ramon Llull) no final do século XIII, após o autor abdicar de sua condição de nobre senhor para se dedicar aos estudos dos mais diversos interesses, entre eles a cavalaria, evidentemente. O cotejamento visa apresentar em que pontos os valores apresentados de maneira positiva (como no caso das virtudes) nos discursos do narrador e dos personagens de *Perceval ou O Conto do Graal* correspondem ao livro de Lúlio, que é um verdadeiro manual de boa conduta para aqueles que desejavam fazer parte da ordem de cavalaria. De igual modo, ao compararmos os discursos, destacamos que partes não possuem correlação, quais estão em omissão na obra de Chrétien de Troyes, ou quais são apresentadamente de forma negativa (como os vícios que um cavaleiro pode ter ou erros que pode porventura vir a cometer, de acordo com a realidade de seu período histórico).

Além do auxílio da referida fonte secundária, empregamos também, na parte teórica, ao longo de todo o trabalho de conclusão de curso, algumas obras que possibilitam uma melhor abordagem da fonte literária, pois indicam melhores caminhos a se seguir, isto é, obras que não se limitam apenas ao ponto de vista histórico (político e econômico), como é o caso do livro *Mimesis – A Representação da Realidade na Literatura Ocidental*, de Eric Auerbach, utilizado para entender diferenças estilísticas na literatura e nas formas de representação do ‘real’, ao longo dos séculos na produção literária do ocidente (e que conta, efetivamente, com um capítulo dedicado a um romance de Chrétien de Troyes), e também os debates sobre narrativa literária e histórica apresentados por Rodrigo Silva Roiz em seu livro *Linguagem, Cultura e Conhecimento Histórico*. Fazemos uso ainda do livro *Em Busca do Sentido do Discurso*, de Tânia Maris de Azevedo, para abordarmos os casos de polifonia, de acordo com a concepção de Osawld Ducrot, e fazer uma análise do discurso mais adequada ao propósito de apresentar as formas de representações da cavalaria no conto do século XII.

Visto que a linha de pesquisa na qual se insere esta monografia é a da Cultura & Poder, é preciso entender o que acontecia no cenário político e no cenário econômico à época em que Chrétien de Troyes viveu e escreveu seus contos, assim como apresentar a trajetória de seu patrono em letras, o conde Filipe I de Flandres (também conhecido como Filipe da Alsácia), pois estas informações são importantes e necessárias para entendermos os motivos de produção d’*O Conto do Graal*. Este, portanto, é o conteúdo do primeiro capítulo. Após uma breve introdução justificativa, o capítulo um – intitulado “Contexto Político e Social”, aborda o chamado Renascimento do século XII. Nesta parte são apresentados os motivos que nos levam a chamarmos as mudanças que ocorreram na Europa naquela centúria de ‘Renascimento’: os avanços tecnológicos que permitiram a mudança da maneira de plantar alimentos e que ocasionaram conseqüentemente o aumento considerável da superfície de terra destinada à atividade agrícola; o gradual retorno da cunhagem de moedas e da circulação de dinheiro, ainda que competissem com o escambo; os movimentos laicos e clericais de construção de vilas cada vez maiores, dando origem a pequenas cidades, o surgimento de uma burguesia cada vez melhor estabelecida devido ao acúmulo de dinheiro; as construções de castelos rurais e urbanos, assim como a de catedrais em explosão naquele século; e a importância das feiras de comércio que faziam circular os produtos do norte (região do Mar Báltico), do centro da Europa e do sul (toda a área do Mar Mediterrâneo) – e o papel da feira da cidade de Troyes, uma das maiores da época; para que finalmente, nas artes o reflexo dessa melhoria das condições de vida se refletisse.

Paralelamente, expomos o que acontecia no cenário político na segunda metade do século XII. Utilizamos para tanto os exemplos de como a Igreja Católica vinha enxergando a cavalaria enquanto grupo social desde fins do século XI e o destino que foi criado para estes guerreiros cristãos; as cruzadas, o esforço de “libertar a Terra Santa das mãos dos infiéis”, segundo o pensamento corrente de então. Para abordar as cruzadas, nos valem do exemplo de Felipe de Flandres, que participou desta empresa cristã na década de 1170, ao lado de seu primo, o rei de Jerusalém, Balduíno IV e de outros barões da cristandade latina. Na cruzada, Filipe de Flandres além de ter negado uma boa proposta de seu primo, ainda sugeriu acordos de casamento inapropriados para o momento, fatos que lhe renderam críticas na corte do rei de Jerusalém. Abordamos em seguida seu retorno e sua atuação política no Reino da França em fins dos anos 1170 e suas disputas contra o rei francês, Felipe II, da qual perdeu terras e certamente prestígio. Apresentamos então, a necessidade de Filipe de Flandres, enquanto cavaleiro cruzado e membro da nobreza, em recuperar seu prestígio denegrido após os episódios no Levante e na França. Sugerimos que para recuperar sua honra senhorial, o conde, além de mandar construir um novo castelo ao estilo dos castelos cruzados, também patrocinou Chrétien de Troyes, que até então servia na casa da Champagne.

O segundo capítulo, intitulado “O Contexto Cultural na Literatura da França do Século XII”, mais breve, faz um apanhado dos dois grandes impactos literários da literatura nas regiões de língua franca (incluindo aí também as áreas que hoje compõem o sul da França, que eram conhecidas como região da *langue d’oc*): primeiramente, a produção, em língua vulgar, de canções de gesta, verdadeiras epopeias heróicas de cavalaria. Como o nome ‘gesta’ indica, eram mesmo cantares de feitos, de façanhas notáveis, o maior exemplo sendo a *Canção de Rolando*.

Em seguida apresentamos o surgimento e propagação do ideal do amor cortês (ou *fin’amor* ou ainda *fin’amour*; literalmente em occitano e francês, respectivamente, ‘fino amor’). Com suas origens na região da Provença, logo se difundiu para a Aquitânia (por meio do duque trovador Guilherme IX da Aquitânia), para a Catalunha e outras localidades meridionais mais próximas, e, em questão de décadas já adentrava as cortes além do atual Midi, em especial, as cortes da Champagne e de Flandres, graças à atuação de Chrétien de Troyes. Chrétien se apropriou deste novo elemento da cultura literária profana e o adaptou à Matéria da Bretanha (sobretudo em sua obra *Lancelot ou O Cavaleiro da Charrete*, cujo patronato ficou a cargo da condessa Maria da Champagne, filha da rainha Leonor da Aquitânia, que também era muita inclinada às letras) e a seus interesses de clérigo, no que concerne à difusão dos valores cristãos no seio da cavalaria. Falamos então o pouco que se sabe da quase completamente desconhecida vida e trajetória de Chrétien de Troyes e, ao final do capítulo, passamos para uma breve explanação das continuações de sua obra, realizadas por diferentes escritores, bem como indicamos outros autores que deram sequência à corrente literária conhecida como Ciclo do Graal, inaugurada por Chrétien de Troyes com seu Perceval ou O Conto do Graal.

No terceiro capítulo, intitulado “Análise d’O Conto do Graal”, antes de propriamente fazer uma análise do conto em si, nos atemos ao Prólogo escrito por Chrétien de Troyes, no qual questionamos os motivos da evidente *laudatio* (em latim, ‘elogio’ ou ‘louvor’) dirigida a Filipe de Flandres, apresentado como um grande homem em armas, melhor até do que Alexandre o Grande, e muito bom cristão e que sabe fazer doações mais do que muitos acreditam – e por isso mesmo melhor do que famoso rei da Macedônia. Com base nos dados de Filipe de Flandres apresentados no primeiro capítulo fazemos uma problematização mais aprofundada sobre os possíveis reais interesses que este tinha em receber tanto prestígio de um prólogo escrito justamente logo após seu acordo de paz com Filipe II da França, que de modo prático foi equivalente a uma declaração de derrota.

Após a análise do Prólogo, damos início ao romance de Perceval efetivamente. Para melhor organizar o conteúdo desta parte do trabalho, dispomos da seguinte maneira: apresentamos, por meio de transcrição e/ou de resumo as cenas a serem analisadas seguidas de comentários feitos com base na bibliografia estudada e em cotejo com a obra de Raimundo Lúlio, de modo a evidenciar o tipo de cavalaria do qual é feita apologia e o tipo de comportamento de cavaleiro que Chrétien, explícita ou implicitamente, faz admoestação. Abordamos, analiticamente, desde as cenas iniciais que demonstram a rusticidade de Perceval, ainda que este pertença a família nobre, passando por seu lento, mas constante, progresso em direção a se tornar um cavaleiro exemplar, e, de acordo com os preceitos cristãos, tanto mais puro quanto possível (mesmo quando passa por anos de esquecimento de Deus durante a busca pelo Graal, porque ao fim ele se redime com seu tio eremita), sendo algo como um oposto a Lancelot, o cavaleiro do romance anterior de Chrétien de Troyes, pois ao passo que Lancelot é um bom cavaleiro que se corrompe, Perceval é um rústico que se purifica e se refina na cavalaria mais proba e cristã. Apresentamos a simbologia contida no cortejo do Graal e da lança que sangra na ponta durante a refeição na corte do Rei Pescador e do erro de Perceval em se manter em silêncio (quase fúnebre, ainda que maravilhado com o que vê), que não convém ao bom cavaleiro, que deveria saber quando falar e quando calar.

Neste capítulo são ainda analisados os costumes da cavalaria mundana, não tão sacralizada como a representada por Perceval, através da figura de Gauvain, que ainda que seja muito bom e cortês cavaleiro, não é tão puro quanto seu amigo galês, porque mata um rei, tem casos com donzelas (até mesmo com a filha do rei que matou), participa dos divertimentos dos torneios de cavalaria – que eram condenados pelos clérigos da época, devido sua violência e à constante perda de vidas cristãs –, e procura honra e sobretudo procura se estabelecer e tornar-se senhor, tal é o caso da conquista de um castelo ao final do conto.

Após passarmos por este capítulo, finalizamos com as Conclusões, quais sejam: a simbologia do Graal como um substituto à Jerusalém perdida para o muçulmano, onde a busca pelo Graal é análoga à busca pela Terra Santa e os esforços em mantê-la em domínio cristão (por isso a remissão também à lança que sangra); a importância d'*O Conto do Graal* no movimento de educação da cavalaria – e por consequência, da nobreza – secular no sentido de conformação destes a uma moral cristã mais rígida, que enfatiza virtudes mais ascéticas; e a inovação literária no sentido de representação da realidade empregada por Chrétien de Troyes em suas obras, mas em especial em sua obra inconclusa, para a história da literatura.

RESUMOS BANCA II

*Quarta-feira, 04 de
junho de 2014 - Das
10h00 às 12h00
Local: Sala Prof.
Carlos Antunes
(612) - 6.º andar -
DEHIS/UFPR*

A EMERGÊNCIA DA CULPA NA FAMÍLIA DE CLASSE MÉDIA BRASILEIRA: O DISCURSO PSI NA REVISTA PAIS&FILHOS DURANTE AS DÉCADAS DE 1960 E 1970

Aluna: Anna Paula Zanine Koslinski

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Vosne Martins

Palavras-chave: Maternidade, puericultura, imprensa

A produção do saber médico especializado sobre crianças fez-se acompanhar de uma literatura de aconselhamento para as mães pelo menos desde o final do século XIX nos Estados Unidos e em alguns países europeus. Os Estados Unidos foram os pioneiros neste tipo de publicação enquanto que na Europa e América Latina essas publicações surgiram nas décadas de 1920 e 1930. Por meio da escrita de manuais de puericultura, os médicos pretendiam atuar como educadores das mães, tornando as suas aliadas no combate à mortalidade infantil, um dos mais graves problemas de saúde pública com que se defrontava a medicina da época. Combatiam saberes e costumes populares associados à ignorância e tinham como principais objetivos: regular os comportamentos maternos que deveriam ter por base os conhecimentos médicos e científicos e conferir às mães a responsabilidade exclusiva pela saúde dos seus filhos.¹ Porém, não foram apenas os cuidados com o corpo que suscitaram preocupação por parte dos médicos especialistas. A partir do momento em que as taxas de mortalidade infantil começaram a declinar, o foco dos especialistas em crianças se deslocou para o desenvolvimento psicológico infantil. A constituição de uma mente saudável, através da correta educação das crianças, tornou-se um tema recorrente em revistas e livros especializados em saúde e educação dos filhos.²

Durante a década de 1920, nos Estados Unidos, existia uma forte crença na capacidade da psicologia em mostrar o verdadeiro caminho para a saúde, a felicidade e a prosperidade, pois a psicologia era vista como uma ciência que permitia prever e controlar o comportamento humano.³ O psicólogo mais influente do período foi John B. Watson formulador da teoria behaviorista e responsável pela aplicação de um método científico à educação de filhos. O objetivo de Watson era, através de seu estudo, transformar a criança em um adulto disciplinado, eficiente e preciso por meio de uma educação objetiva e racional. Watson aconselhava que as mães deveriam inculcar disciplina e regularidade no cotidiano das crianças e evitar o excesso de amor materno dedicado aos filhos, pois segundo esse sentimento sem controle era devastador para a personalidade da criança.⁴

Dessa forma, se os médicos pediatras e puericultores de finais do século XIX responsabilizavam as mães pelos males físicos que acometiam seus filhos, a partir das décadas de 1920 e 1930 psicólogos e médicos vão culpabilizá-las por qualquer sinal de um suposto desajustamento psíquico da criança e do adolescente. Dessa forma, aumentava a complexidade do exercício da maternidade e conseqüentemente a ansiedade das mães, daí a importância de recorrer aos especialistas como fonte praticamente exclusiva de aconselhamento e educação dos filhos para mulheres de classes médias leitoras de manuais médicos e de revistas especializadas para o público leigo.⁵

¹ MARTINS, Ana Paula Vosne. “Vamos criar seu filho:” os médicos puericultores e a pedagogia materna no século XX. *Historia, Ciências, Saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro, v.15, n.1, p. 135-154, jan-mar. 2008

² VILHENA, Carla. *A educação para a maternidade nas revistas de educação familiar no último meio século*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2010

³ SCHULTZ & SCHULTZ. *História da Psicologia Moderna*. São Paulo: Cengage learning, 2009

⁴ HULBERT, Ann. *Raising America. Experts, parents and a century of advice about children*. New York: Vintage books, 2004. p.103

⁵ VILHENA, Carla. *Op.Cit.* p.71

Em meados da década de 1940 a teoria comportamentalista de criação de filhos foi substituída pela ênfase maturacional no desenvolvimento e na importância atribuída à figura materna e ao afeto, presente nos estudos orientados pela psicanálise e pelos teóricos da vinculação. Assim, das normas rígidas do comportamentalismo, passou-se a uma atitude permissiva e centrada na criança, que considera o amor das mães pelos seus filhos como o fator mais importante para o desenvolvimento e a importância da satisfação das necessidades da criança para o seu bem-estar físico e psicológico.⁶ O principal divulgador desta concepção de educação de filhos não foi, porém, um psicólogo, mas um pediatra com formação em psicanálise, Benjamin Spock autor do livro “*Baby and child care*”, publicado em 1946, clássico manual no qual foram educadas várias gerações de crianças nos Estados Unidos, Europa e também no Brasil.⁷

O conhecimento e a satisfação das necessidades da criança – amor, segurança e reconhecimento – constituem, na segunda metade do século XX, o tema central do discurso dos especialistas “psi” transmitido às mães através de diferentes meios de comunicação. É importante destacar que esta transformação na forma como se entende a educação das crianças ocorreu numa época de revalorização da esfera doméstica e do papel de mulheres enquanto mães e também de prosperidade econômica na qual as mães de classe média tinham mais tempo livre devido à introdução da tecnologia do lar que reduziu consideravelmente o tempo gasto nas tarefas domésticas mais tradicionais, além, de um maior aporte financeiro para gastar com os seus filhos.⁸

No Brasil, o manual de puericultura mais famoso a abordar o assunto da psicologia do desenvolvimento foi o clássico “*A vida do bebê*” de autoria do pediatra nacionalmente conhecido Rinaldo de Lamare e publicado pela primeira vez em 1941. A partir da década de 1960, livros e revistas especializadas brasileiros em puericultura passaram a dar cada vez mais importância às relações afetivas entre mães e filhos. “Mães ausentes” ou “Mães superprotetoras” tornam-se termos recorrentes nos textos de especialistas uma vez que o equilíbrio psíquico dos filhos passou a ser relacionado com o vínculo entre a mãe e a criança desde muito cedo.⁹ Assim, objetivo da monografia que escrevemos é apreender o discurso psi voltado à educação de crianças presente na revista Pais & Filhos durante as décadas de 1960 e 1970.

O primeiro capítulo trata do início do processo de educação das mães através da difusão da puericultura nos mais diversos meios de comunicação para as massas. O capítulo seguinte identifica o momento em que os saberes psi se tornam temas recorrentes na literatura de aconselhamento destinada às mães através da revisão de literatura existente na área. Por fim, o último capítulo apresenta os resultados mais significativos da vulgarização do discurso psi na revista Pais & Filhos e as transformações das condições femininas que lhe estão associadas.

Pais & Filhos é uma revista mensal voltada para a família, principalmente para as mães que trata de diversos assuntos relacionados à criação dos filhos, desde a gravidez até a adolescência. A publicação é a mais antiga sobre o assunto circulante na atualidade, sendo publicada desde 1968, quase ininterruptamente.¹⁰ A escolha da revista se justifica por ser a mais antiga e também pelo seu público composto majoritariamente por mulheres escolarizadas e da classe média urbana. Em relação ao período estudado, as décadas de

⁶ VILHENA, Carla. **Op.Cit.** p. 72

⁷ HULBERT, Ann. **Op.Cit.** p. 107

⁸ EHRENREICH, Barbara; ENGLISH, Deidre. **Para o seu próprio bem: 150 anos de conselhos de especialistas para mulheres.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2003. p. 211

⁹ MARTINS, Ana Paula Vosne. **Op.Cit.** p. 152-153

¹⁰ ASSUNÇÃO, Cristiane Queiroz de Souza. **Belos, sadios e normais: as representações sociais dos corpos infantis modernos na revista Pais&Filhos (1968-1977).** Belo Horizonte: UFMG, 2010. p.16

1960 e 1970 evidenciam um aumento de poder, uma maior confiança nos especialistas em psicologia e higiene mental quando o assunto é educação dos filhos.

Dessa forma, os saberes psi são amplamente divulgados na revista Pais & Filhos especialmente no que diz respeito à psicologia do desenvolvimento.¹¹ Em toda a revista predomina um discurso maturacionista do desenvolvimento infantil, visível na divulgação das diferentes etapas do desenvolvimento da criança, apresentadas conforme uma matriz cronológica, ou seja, associando a cada idade um conjunto de competências específicas. Partindo da premissa que o desenvolvimento da criança se processa através da progressão natural entre um conjunto de estágios¹², os consultores da revista aconselham que os pais apenas acompanhem o ritmo do desenvolvimento da criança sendo condenado qualquer tipo de intervenção já que poderia trazer prejuízos futuros para a criança.

Entretanto, cada criança é encarada como um ser único, com um ritmo de desenvolvimento próprio, com uma personalidade que a distingue de todas as outras. A estas particularidades devem os pais estar atentos, de forma a poderem avaliar melhor o nível de desenvolvimento dos seus filhos. Portanto são várias as críticas, às comparações, realizadas pelos pais, entre o desenvolvimento do seu filho e o das crianças que o rodeiam. Em vez de comparar a criança, os pais são incitados a estudá-la, a observá-la diariamente, pois só desta forma poderão auxiliar o seu desenvolvimento. Temos assim uma mudança interessante na pedagogia materna: da mãe enfermeira a mãe psicóloga.

Embora, os autores da revista salientem a especificidade do desenvolvimento de cada criança, a normalidade do desenvolvimento dos seus filhos parece uma questão que suscita preocupações por parte das mães documentada nas cartas que escrevem para a revista indagando sobre a normalidade, ou não, do desenvolvimento dos seus filhos. É precisamente sobre estas ansiedades que os especialistas vão atuar, indicando às mães os procedimentos para garantir que os seus filhos se enquadrem na categoria de criança normal.

Para desenvolver ao máximo as suas potencialidades e formar a sua personalidade, a criança necessita da qualidade do ambiente familiar em que vive e precisa se sentir amada, confiante e segura, elementos essenciais para sua integridade psíquica. Dessa maneira, os consultores da revista Pais & Filhos salientam a necessidade da criança receber uma educação positiva, essencial para a promoção de sentimentos de auto-estima entendida como índice de saúde mental¹³ que ajudarão a criança a lograr sucesso no futuro. Para tal, os pais devem dar a certeza do amor que sentem pelos filhos através de reconhecimento e elogios, evitar a crítica e a censura, assim como as comparações com outras crianças, valorizar mais os aspectos positivos do que os negativos - no que diz respeito - ao comportamento da criança e aprender a ouvir os filhos, valorizando as suas idéias e os seus sentimentos.

Embora na base da educação da criança esteja a satisfação das suas necessidades, ela deve ser educada de modo a compreender que, na vida em sociedade tal nem sempre é possível, nem desejável. Os pais devem disciplinar a criança com afeto que deve se juntar à firmeza. A revista aconselha que os pais reforcem positivamente os bons comportamentos, pois assim as crianças têm a tendência a repeti-los, a colocar limites, não devendo, contudo, esperar uma obediência total da criança às regras impostas. Desobedecer e tentar satisfazer os seus desejos são consideradas tendências naturais da criança e os pais devem atuar sobre elas não através da punição, mas sim da sugestão e da persuasão, de forma a desenvolver na criança a capacidade de autoregulação de seu comportamento, qualidade essencial para a vida em sociedade. Em suma, a criança deve ser educada sem

¹¹ ASSUNÇÃO, Cristiane Queiroz de Souza. **Op.Cit.** p. 35

¹² VILHENA, Carla. **Op.Cit.** p. 246

¹³ VILHENA, Carla. **Op. Cit.** p. 254

autoritarismo, nem excessos de zelo, atitudes cujas conseqüências nefastas a revista procura destacar.

Aspecto particular do desenvolvimento geral, o desenvolvimento emocional está na base da formação da personalidade. Os pais devem compreender como este se processa para prevenir futuros problemas emocionais nos seus filhos. É notória na revista Pais & Filhos a influência da teoria psicanalítica e dos teóricos da vinculação na forma como o desenvolvimento emocional é entendido. A concepção da mãe como a principal responsável pela saúde psíquica da criança é predominante em toda revista. Assim, é atribuída às mães uma responsabilidade quase que exclusiva no cuidado com os filhos tarefa da qual não pode eximir-se justificada na revista pela predisposição biológica da mulher em gerar e dar a luz.

A presença da mãe deve ser constante na vida dos filhos, tanto mais necessária quanto mais nova é a criança, período em que prefigura, por influência das teorias psicanalíticas, a saúde mental futura. Daí a importância da qualidade da relação que a mãe estabelece com a criança. Dessa maneira, a disponibilidade tanto física quanto emocional da mãe é um dos elementos essenciais para a qualidade dessa relação, assim como as demonstrações de afeto, que devem estar presentes em todos os momentos do cotidiano. Além do afeto, outro componente importante para a qualidade da relação é a comunicação que se estabelece, ou seja, a capacidade que a mãe tem de compreender os desejos e as necessidades da criança, essencial para a promoção de sentimentos de segurança e autoconfiança. No entanto, os especialistas alertam para os problemas advindos das mães que se excedem nesses cuidados, as tão referidas mães superprotetoras. Segundo os especialistas, a superproteção materna traz sérios prejuízos uma vez que não atende à necessidades de independência da criança.

Os consultores da revista dizem que um dos fatores principais para o problema de superproteção materna é o fato de algumas mulheres não trabalharem fora e por isso acabam vivendo em função dos filhos. Assim, verifica-se nas matérias uma tendência em condenar o exercício tradicional da maternidade em que a mulher abdica de sua carreira para se dedicar integralmente à criação e educação dos filhos. Nas décadas de 1960 e 1970, o Brasil e outros países do mundo vivenciavam o contexto da emancipação feminina e a entrada efetiva das mulheres no mercado de trabalho. O movimento feminista denunciava, e com razão, a segregação social e política a que mulheres foram historicamente submetidas. Já não era mais possível pensar o papel materno como o único disponível para as mulheres.¹⁴ Essas transformações sociais vão repercutir nas páginas da revista em diversas matérias que apresentam depoimentos de mulheres que conseguem conciliar a carreira com a maternidade e também nos discursos dos especialistas.

No entanto, apesar dessas transformações e à importância que a revista dá a possibilidade da mulher desempenhar outros papéis não relacionados ao ser mãe, a maternidade ainda permanece como obrigatória e ocupa um lugar central na vida das mulheres. A presença crescente das mulheres na esfera pública não correspondeu a uma modificação significativa na esfera privada, assim, mesmo que a mãe trabalhe fora, ela ainda é percebida no contexto da revista como a principal responsável no cuidado com a casa e os filhos. São tarefas femininas por excelência, as quais a mulher não pode delegar para não comprometer a saúde mental dos filhos, conforme esclarecem os especialistas da Pais & Filhos. Dessa forma, cabe à mulher estabelecer prioridades em sua rotina de mãe-trabalhadora para dar conta do trabalho, da casa e dos filhos. Por conseguinte, nas matérias é mencionado o tempo de qualidade¹⁵, ou seja, o mais importante não é quantidade de

¹⁴ MOURA, Solange Maria S. R; ARAÚJO, Maria de Fátima. **A maternidade na História e a História dos cuidados maternos.** *Psicologia, Ciência e Profissão*. São Paulo, v. 24, n. 1, p. 44-55, jul-dez, 2004

¹⁵ VILHENA, Carla. **Op. Cit.** p. 335

horas, mas sim a disponibilidade integral das mães nas poucas horas que passam com os filhos. Com efeito, verifica-se nas páginas da revista o delineamento da figura da supermãe: “aquela que empurra o carro do bebê com uma mão e carrega a pasta na outra.”¹⁶

Ao mesmo tempo em que se verifica a exacerbação deste movimento que fortalece a responsabilidade da mãe na relação com as crianças é possível delinear também nas páginas da Pais & Filhos, em meados da década de 1970, especialmente após a lei do divórcio, um movimento que estende para os pais a responsabilidade da criação dos filhos. A revista passa a mostrar de muitas formas a necessidade de planejamento, cuidado, criação, educação dos filhos como sendo um problema do casal. Reportagens e imagens mostram, a partir daí, o quanto os homens também podem se envolver com os filhos. Entretanto, o envolvimento dos pais com os filhos encontra-se em áreas muito limitadas, apesar da revista realçar que o bom pai é aquele que é zeloso, amoroso, companheiro dos filhos e família.

Apesar das profundas mudanças ocorridas no período - a entrada da mulher no mercado de trabalho, a emancipação feminina e a promulgação da lei do divórcio - as tarefas domésticas e os cuidados com os filhos seguem sendo diferentes para homens e mulheres. Dos homens pais parece que se espera mais colaboração e participação, os pais são aliados e as mães as principais responsáveis caso a criança não se torne um adulto saudável, feliz e socialmente integrado, o que leva as mães à procura de informação especializada que as auxilie nesta difícil e complexa tarefa, fonte de ansiedades e de culpas para aquelas que aprenderam as lições dos especialistas.

¹⁶ VILHENA, Carla. **Op. Cit.** p. 67

A RAINHA EGÍPCIA NA MODERNIDADE: UMA ANÁLISE DA IMAGEM DE CLEÓPATRA VII A PARTIR DO FILME ‘CLEÓPATRA’, DE 1963.

Aluna: Bárbara Rodrigues de Oliveira

Orientadora: Renata Senna Garraffoni

Palavras-chave: Cleópatra VII, Usos do Passado, Egiptomania

A presente monografia é resultado de dois anos de Iniciação Científica, inicialmente como voluntária e, depois, como bolsista PIBIC-CNPq, sob orientação da Professora Doutora Renata Senna Garraffoni. Esta pesquisa tem como objetivo central compreender as diversas imagens criadas em nossa contemporaneidade acerca da rainha egípcia Cleópatra VII, sob a perspectiva dos Usos do Passado e da Egiptomania.

Desde a criação do cinema, no final do século XIX, a rainha Cleópatra vem sendo tema de diversas produções cinematográficas. George Meliès, considerado o pai do cinema de ficção, ainda no final do século XIX, criou a primeira narrativa cinematográfica utilizando como “pano de fundo” acontecimentos históricos. O filme era “Cleópatra” e o ano era 1899. Desde então, acontecimentos históricos são retratados frequentemente pela sétima arte. No cinema, a figura da rainha ptolomaica foi interpretada diversas vezes, e sobre diversas perspectivas literárias. Até a década de 1960, Cleópatra já havia sido encenada em mais de 10 filmes diferentes. Em 1963, no entanto, é lançado o filme *Cleópatra*, de Joseph Leo Mankiewicz, que viria a ser, segundo o IMDb¹, o filme mais famoso sobre a rainha egípcia. Segundo o New York Times², estima-se que mais de dois milhões de espectadores já viram o filme de Mankiewicz. Neste sentido, ao nos depararmos com um filme que, mesmo após mais de quarenta anos de lançamento, ainda é assistido por milhares de pessoas todos os anos, podemos compreender que a imagem reproduzida da Cleópatra de Elizabeth Taylor e a construção narrativa deste filme acerca do Egito Antigo atingem ainda um grande público e, por conta disso, são bons medidores de análise dos Usos do Passado e da utilização e apropriação da Antiguidade em nossa contemporaneidade.

Desta forma, a intenção desta monografia é compreender as imagens criadas e reproduzidas da rainha Cleópatra VII e de seu legado histórico em nossa contemporaneidade. Para tanto, buscamos nesta pesquisa, fazer uma análise fílmica, imagética e histórica do filme *Cleópatra*, dirigido por Joseph Leo Mankiewicz, com roteiro de Sidney Buchman que se baseou nas obras *Antonio e Cleópatra*, de Shakespeare e *Vida e época de Cleópatra*, de Carlo Maria Franzero, que, por sua vez, foram baseados nas obras de Plutarco³. O filme tem 243 minutos, foi produzido pela 20th Century Fox e tiveram como locações de filmagens países como a Inglaterra, Espanha, Suíça e Itália.

Para fazer esta análise, utilizamos três vertentes principais: uma análise fílmica, a partir de uma seleção de cenas específicas, nas quais nos enfocamos para discorrer acerca da imagem de Cleópatra, bem como do filme completo, em sua construção narrativa; uma análise historiográfica, a partir da perspectiva dos Usos do Passado, da Egiptomania e do Orientalismo; e, por fim, uma análise relacionada ao cinema, com suas apropriações dentro da História e suas especificidades como documentação e/ou produto histórico. Para tanto, optamos em dividir esta monografia em três capítulos. O primeiro capítulo consiste em um

¹ Para saber mais, ver site do IMDb < <http://www.imdb.com/title/tt0056937/>>. Acesso em 07 de maio de 2014.

² Para saber mais, ver site do NY Times < <http://www.nytimes.com/movie/review?res=9F02E0DA1430EF3BBC4B52DFB0668388679EDE>>. Acesso em 07 de maio de 2014.

³ Os livros “Vidas de César”, “Vidas paralelas: Alexandre e César” e “Vidas paralelas: Demétrio e Antonio”.

abarcamento teórico da pesquisa, perpassando pelas análises de Usos do Passado, Orientalismo e Egiptomania. O segundo capítulo, por sua vez, iniciará as discussões acerca das relações entre cinema e História, bem como nos apresentará a fonte utilizada – o filme “Cleópatra”, de 1963 – em seu contexto de criação, por meio de bibliografias acerca do gênero épico no cinema, das relações entre cinema e antiguidade, na representação das mulheres no cinema e, por fim, na construção de personagens históricos no meio cinematográfico. Finalmente, o terceiro capítulo, trará uma análise da fonte e uma discussão historiográfica, a partir de temas como a erotização e a ocidentalização da Cleópatra.

O primeiro capítulo, de caráter mais teórico, pretende compreender os discursos acerca da antiguidade inseridos em um contexto contemporâneo. Neste sentido, nos apoiamos nas metodologias de Usos do Passado, Orientalismo e Egiptomania. No que concerne aos usos do passado, compreendemos, conforme nos explica Glaydson José da Silva⁴, que, dentre muitos motivos, a antiguidade foi retomada na história ocidental, estando em muitos momentos presente nas elaborações de identidades coletivas e na constituição de estados nacionais, atuando como uma referência legitimadora de poder, superioridade e dominação. Segundo a autora Joan Dejean⁵, em seu livro *Antigos contra modernos. As guerras culturais e a construção de um fim de siècle*, os Usos do Passado são uma vertente da historiografia que teria sua origem na ‘batalha’ entre Antigos e Modernos, principalmente no campo literário, na França do séculos XVII e XVIII. Para Dejean, esta batalha seria a responsável por uma disputa cultural entre as produções feitas durante a antiguidade e àquelas produzidas na contemporaneidade da disputa (fim do século XVII e início do século XVIII). A partir daí, surge um entrave entre antiguidade e modernidade, que perduraria ao longo dos séculos, dentro de diversas escolas historiográficas. Assim, surgiu, na História Antiga, uma linha de pesquisa que buscava se utilizar desta antiga querela historiográfica para expandir questões culturais e sociais por meio do chamado Usos do Passado. Esta vertente historiográfica teria por objetivo, principalmente, compreender as utilizações do passado como formas de legitimar discursos e práticas contemporâneas, além de delimitar as apropriações do passado, por meio de suas relações sociais.

Ainda no primeiro capítulo, trabalhamos com o Orientalismo, a partir dos estudos de Edward Said. O *orientalismo* é apresentado como uma disciplina científica baseada em uma distinção epistemológica e ontológica entre o Leste e Oeste, e como um discurso por meio do qual a cultura europeia teve a possibilidade de manipular e até mesmo produzir o Oriente política, sociológica, científica, ideológica, militar e imaginativamente⁶. Compreendemos, desta forma, o orientalismo como um processo de identificação do “outro”, na qual muitas vezes presume-se a inferioridade daquele que é desconhecido. Assim, ao tratarmos de um tema relacionado ao Egito, devemos ter em mente as apropriações feitas pelo Ocidente em relação às imagens reproduzidas deste Oriente.

Por fim, compreendemos que, inserida na metodologia dos Usos do Passado, encontra-se a vertente da Egiptomania. Para Jean-Marcel Humbert, a egiptomania “drena sua substancia de conhecimentos acadêmicos sobre o antigo Egito do saber popular, transmitido por viajantes e escritores e do repertório de mitos e símbolos assim gerados”⁷.

⁴ SILVA, G. J. **História Antiga e usos do passado**: um estudo de apropriações da Antiguidade sob o regime de Vichy (1940-1944). São Paulo: Annablume Editora, 2007 p. 32.

⁵ A autora é professora catedrática de francês no Departamento de Línguas Neolatinas da Universidade da Pensilvânia.

⁶ SAID, E. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 31.

⁷ HUMBERT, Jean-Marcel. **Egyptomania: Egypt in Western Art (1730-1930)**. Ottawa: Éditions e La Reunion des Musées Nationaux, 1994. p. 608.

Ou seja, para o autor, a egiptomania poderia tomar de empréstimo todo e qualquer relato acerca da antiguidade egípcia. Para a pesquisadora Margaret Bakos, por sua vez, a egiptomania não se insere, exclusivamente, nas relações contemporâneas com o Egito Antigo, como também está presente na construção social de nossa contemporaneidade, em seus diversos aspectos. Neste sentido, inserimos o filme aqui utilizado como documentação, como uma forma de egiptomania, ao trazer à nossa contemporaneidade relações e impressões relativas à antiguidade egípcia.

O segundo capítulo desta monografia traz em suas discussões questões relacionadas ao cinema. Com o intuito de compreendermos nossa documentação – o filme *Cleópatra*, de 1963 – nos debruçamos na historiografia relativa ao cinema e história. Compreendemos o cinema relacionado à História a partir de dois aspectos principais⁸, conforme o historiador Marc Ferro nos explica em seu livro *Cinema e História: o filme como documento histórico*, analisado a partir de nossa contemporaneidade e, desta forma, relacionado aos agentes sociais de sua produção; e, a história inserida no filme, que pode ser analisada pelo historiador pelo viés da reconstituição histórica dos fatos (ou seja, a partir de uma adaptação de acontecimentos) ou pelo viés de uma análise social dos acontecimentos históricos, carregando em si as impressões e a essência dos produtores, cineastas, roteiristas entre outros. Ou seja, não consideramos o cinema como uma transcrição de acontecimentos históricos, no sentido de que sua produção fílmica carrega o olhar de quem o produziu. Consideramos, desta forma, que o cinema é, portanto, uma forma de representação social, demonstrando à sociedade seus próprios reflexos.

O filme *Cleópatra* é uma produção hollywoodiana, de gênero épico, com temática relativa à antiguidade e que apresenta como personagem principal uma mulher. Neste sentido, neste segundo capítulo, desenvolvemos nossas discussões a partir destas três vertentes. Para compreendermos as relações entre a antiguidade e o cinema, nos apoiamos, sobretudo, na pesquisadora britânica Maria Wyke. A autora nos demonstra, em suas pesquisas, que o cinema pode ter grande utilidade nas pesquisas relacionadas à antiguidade, principalmente aquelas relacionadas aos usos do passado. A autora argumenta que o cinema deveria ser mais bem explorado pelos historiadores do âmbito da história antiga, no sentido de que o filme pode enriquecer pesquisas relacionadas aos usos do passado, salientando as relações entre passado e presente. Compreendemos também que é por meio do gênero épico que o cinema e a antiguidade se encontram e, neste sentido, percebemos, a partir das pesquisas de Joanna Paul, que as produções épicas no cinema podem ser consideradas como um dos pilares ao longo das décadas, ao “dedicar especial energia para a produção de filmes com temas relativos à antiguidade mitológica, histórica e bíblica”⁹.

No que concerne à relação das mulheres e o cinema, nos dedicamos, ainda no capítulo dois, a abarcar estas relações, nos apoiando nos estudos de gênero relacionados às mulheres. Dentro da historiografia voltada para a antiguidade, segundo Pedro Paulo Abreu Funari, há uma longa tradição de exclusão historiográfica das mulheres. No que se refere a essa construção historiográfica, segundo Funari, as “pessoas comuns” a qual a historiografia se refere, na verdade se refere a uma elite masculina, que exclui majoritariamente as mulheres. Neste sentido, ao trabalharmos com uma documentação que aborda essencialmente uma figura feminina, temos que ter o cuidado de compreender os olhares masculinos sobre ela impostos. A antiguidade na historiografia é, seguindo esta

⁸ FERRO, Marc. **Existe uma visão fílmica da história?** In: *Cinema e História*. São Paulo: Paz e Terra, 2010. p. 183.

⁹ PAUL, Joanna. **Film and the classical epic tradition**. Inglaterra: Oxford University Press, MPG Books, 2013. p. 136. No original: “some periods devoting particular energy to ancient mythological, historical and biblical films.”

premissa, um produto do olhar masculino e ao chegar ao cinema, portanto, carrega consigo este olhar. Compreendemos, desta forma, que “o cinema, como todos os demais produtos culturais de nossa sociedade de matriz patriarcal, tiveram e têm a marca dos homens, da visão masculina do mundo”¹⁰. Ao trabalharmos com um filme que aborda a antiguidade e um personagem feminino ao mesmo tempo, temos que compreender, principalmente, as imposições masculinas em sua narrativa e na construção de sua personagem. Portanto, ao nos depararmos com uma personagem feminina no cinema, analisamos, sobretudo, a partir da pesquisa da historiadora feminista Elizabeth Ann Kaplan que nos apresenta uma teoria de que a produção cinematográfica clássica hollywoodiana apresenta a dominação do olhar masculino e, neste sentido, é quase sempre moldado para ter representações femininas eróticas e explicitamente sexuais. Para Kaplan, as abordagens das mulheres cinematográficas estão intrínsecas a uma resistência da cultura patriarcal, nas quais as mulheres são privadas de sua liberdade sexual e, quase sempre, são super sexualizadas pelas câmeras.

No terceiro capítulo, por fim, temos a análise do filme, focando essencialmente dois eixos temáticos: a erotização e a ocidentalização da personagem Cleópatra de Elizabeth Taylor. Acerca da temática da erotização, nos apoiamos, principalmente, nas pesquisas de Michel Foucault, em sua coleção *História da Sexualidade*, para abordar as relações sociais, históricas e até mesmo psicológicas da sexualidade construída na personagem de Cleópatra. Também nos apoiamos em Lucy Hughes-Hallett, que em seu livro *Cleópatra: histórias, sonhos e distorções*, busca criar uma análise das imagens da rainha egípcia ao longo dos séculos, compreendendo suas distorções a partir das contemporaneidades em que são produzidas. Também abordamos, neste último capítulo, a temática da ocidentalização da Cleópatra, ou seja, da aproximação da personagem egípcia com o ambiente ocidental que a reproduz. Para tanto, nos utilizamos principalmente das pesquisas do já mencionado Edward Said, do historiador e arqueólogo Zawi Hawass e do mestre Gregory Balthazar, que fez sua dissertação de mestrado a partir da rainha Cleópatra VII.

Ao longo desta monografia, buscamos analisar, dentre vários aspectos, o caráter feminino da rainha Cleópatra interpretada por Elizabeth Taylor, compreendendo, inicialmente, que a construção da personagem de Taylor apresentasse reflexos das ondas feministas iniciadas nos Estados Unidos aproximadamente no período de produção do filme. Contudo, com o desenvolvimento de leituras e aprofundamento da análise do filme, enxergamos outros aspectos mais relevantes e palpáveis, como por exemplo, a construção das “múltiplas Cleópatras” que o discurso filmico nos apresenta e que nos é aprofundado a partir de nossas leituras. Durante toda a narrativa do filme, é possível notar, pelo menos, três Cleópatras: a mãe, a rainha e a amante.

Ao aprofundarmos nossa análise e nos remetermos aos referenciais teóricos propostos, podemos chegar a algumas conclusões. Sobre a fonte, podemos concluir que o cinema épico e histórico, dentro do campo historiográfico, assume um caráter importante, como forma de sintetizar a produção historiográfica difundindo por toda a sociedade, perpassando o conhecimento histórico para além do meio acadêmico. Além disso, compreendemos que o cinema como forma de interpretação do passado – e, especificamente da antiguidade – pode agregar novas formas de discussão e debate historiográfico, no sentido de acrescentar novas visões aos discursos já conhecidos. Também pudemos notar a importância do cinema na construção de identidade feminina representada pela personagem de Cleópatra, interpretada por Elizabeth Taylor. Percebemos, desta forma, a relação fundamental dos estudos de gênero e sexualidade ao trabalhar com uma personagem feminina, apesar de notar a presença ainda constante de um

¹⁰ BIASOLI, Vitor. **Prefácio**. In: TONETTO, Maria Cristina (org). **O olhar feminino no cinema**. Santa Maria, RS: Centro Universitário Franciscano, 2011. p. 08.

olhar masculino e patriarcal sob a produção cinematográfica sobre a qual nos detivemos. É interessante ressaltar também as conclusões que chegamos em relação à análise da fonte. O filme trata de um enredo e narrativa cronológica e linear, embora, ao nos debruçarmos em sua análise mais profundamente, pudemos notar a presença de discursos não lineares, principalmente no que tange as questões eróticas da personagem – mesmo quando adolescente, Cleópatra já tem corpo e artifícios necessários aos jogos de sedução propostos na construção da história. Além disso, pudemos notar a necessidade dos historiadores de encontrar uma verdade histórica referente à rainha Cleópatra, quando, no entanto, os discursos a seu respeito apresentam múltiplas verdades e, porque não, múltiplas Cleópatras.

SEXO DEPRAVADO, LOUCO PERVERTIDO:

A loucura e a problematização do sexo desviante
na obra *Psychopathia Sexualis* de Krafft-Ebing

Aluno: Davi Cezar Cavalli Pradi

Orientadora: Prof^a Dr^a Ana Paula Vosne Martins

Palavras-chave: Loucura, Perversão, Gênero; sexualidade

Ao observar a produção historiográfica acerca da sexualidade é possível assinalar como problema central a escassez de documentação – gestos e práticas do cotidiano historicamente marginal são silenciados e esquecidos¹. mulheres, crianças, homossexuais e tantos outros personagens da história da sexualidade deixaram poucos vestígios. Por outro lado, são reconhecidos nos movimentos gay e feminista nas décadas de 60 e 70 com repercussões acadêmicas que contribuíram para que as lutas políticas que envolvem gênero e sexualidades sejam reconhecidas. Pela análise de processos jurídicos, manuais, teses médicas, entre outras formas narrativas, o pensamento genealógico busca compreender os momentos de ruptura da lógica vigente, construindo a história pelas diferenças, através dos novos começos. Este procedimento possibilita análises fragmentárias e supera a idéia de que os interesses institucionais são prolongamentos dos interesses do Estado².

A presente pesquisa analisa o livro *Psychopathia Sexualis* de Richard von Krafft-Ebing³. Datado de 1886, *Psychopathia Sexualis*⁴ contém 238 histórias de casos de comportamento ou desejo sexual do homem e da mulher que fogem à normalidade da lógica reprodutiva. Krafft-Ebing, em *Patologia Geral*, afirma que os órgãos genitais têm uma ligação importante com as funções psíquicas e somáticas do sistema nervoso e o abuso seria sintoma de degeneração do sistema nervoso central.⁵ Pelos seus esquadros clínicos que patologizam o sexo despropositado, o doutor Krafft-Ebing define as noções de *necrofilia*, *pederastia*, *coprofilia*, *fetichismo*, *bestialidade*, *travestismo*, *transexualismo*, *sadomasoquismo*, *homossexualismo*, e suas variantes. Estes sujeitos *excessivos*, *frígidos*, *inversos*, *perversos*, esses “monstros” são identificados pelo seu tipo de desejo anômalo. Produzidas pelo discurso psiquiátrico marginalizador, tais categorias são objeto de pertinente indagação para as ciências humanas, uma vez que a coerção e o assujeitamento dado pela edificação deste saber contribuem para a constituição de um poder que cria noções patologizadas de sexualidade e almeja o controle produtivo e funcional do sujeito⁶.

Para compreender a forma como categorias sexuais são estrategicamente moldadas, no primeiro capítulo da monografia buscamos delimitar qual a área de abrangência da produção do saber psiquiátrico sobre as sexualidades. Para tanto, situamos a obra

1 ENGEL, Magali. História e Sexualidade In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R.(org.) Domínios da História.

2 MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder In: FOUCAULT, Michel, *Microfísica do Poder*. Ed. Graal, Rio de Janeiro, 2010. p. XIII

3 Richard von Krafft-Ebing, Mannheim, 1840- 1892. Seus estudos na área da psiquiatria são reconhecidos pela classificação das perversões.

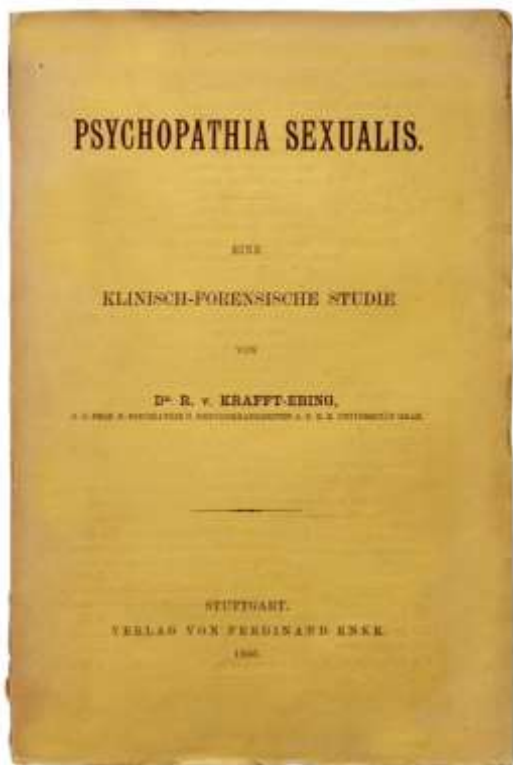
4 O título da obra é escrito em latim, O autor deixa claro desde o título que sua obra fala para um público específico, o científico.

5 Krafft-Ebing, R. V. *Psychopathia Sexualis*. Martins Fontes, SP. 2001. *Patologia Geral*.

6 FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade*. Vol1 : *A Vontade de Saber*. Ed. Graal. São Paulo, 2010.

Psychopathias Sexualis (ao lado imagem⁷ da capa da primeira edição desta obra) dentro dos grandes paradigmas da psiquiatria da segunda metade do século XIX⁸.

Em vista da produção psiquiátrica no século XIX, a literatura anti-psiquiátrica atual afirma que o conhecimento sobre as noções de comportamento anormal do homem passou paulatinamente a abranger o campo da sexualidade.⁹ Ao observar a constituição e a legitimação da psiquiatria esta literatura aponta para a continuidade do paradigma da loucura no que se refere a presença de interesses políticos e sociais e da positividade da força produtiva e da moral. É notável o esforço destes psiquiatras da segunda metade do século XIX em afirmar que seu discurso sobre os sujeitos de *comportamento não conforme*¹⁰ é neutro, racional, científico. Porém, torna-se inegável que é também um discurso político. A construção das imagens patológicas do louco, seja pelo comportamento, ou pela sexualidade, limitam os sujeitos ao regimes da psiquiatria que de forma diluída e discreta movimentam seu próprio discurso patológico para a manutenção do poder-saber.



Desde a era moderna o discurso sobre a sexualidade vem sendo construído como um saber próprio, de vocabulário que se estende, de forma neutra, da esfera moral e religiosa, à esfera científica. Em seu empenho nosológico, a psiquiatria, a partir de meados de 1860, almeja cada vez mais classificar as aberrações

sexuais. A teoria das degenerescências, da hereditariedade dos transtornos mentais, de Benedict August Morel, fixa uma nova base explicativa, metodológica e científica da psiquiatria da segunda metade do século XIX. Afirma que a hereditariedade pode ser dessemelhante, ou seja, filho de degenerado pode manifestar a doença mental de maneira distinta de seus ascendentes. Por sua vez, a forma mais eficaz de sanar o problema da alienação mental, segundo Morel, seria a abstinência sexual. É importante observar o grande potencial explicativo deste paradigma, muito bem visto e aceito entre os psiquiatras da época. A literatura diretamente ou indiretamente remetente da psiquiatria, a partir da segunda metade do século XIX, procura as causas das perversões na sexualidade.¹¹

7 Este exemplar da primeira versão do fonte em questão nesta pesquisa pertence à uma biblioteca particular do Dr. Haack Leipzig. Os direitos da foto estão liberados para compartilhamento.

8 Principalmente o paradigma da degeneração e o paradigma do controle das vontades pelo matrimônio, enunciados por Morel.

9 Pela análise de processos jurídicos, manuais, teses médicas, entre outras formas narrativas, o pensamento genealógico busca os momentos de ruptura da lógica vigente, construindo a história pelas diferenças, através dos novos começos. Este procedimento possibilita análises fragmentárias e supera a idéia de que os interesses institucionais são prolongamentos dos interesses do Estado. Os autores que utilizo são: Thomas Laqueur, Robert Castel, Roberto Machado e a fase genealógica de Michel Foucault.

¹⁰ CASTEL, Robert. *A Ordem Psiquiátrica*. Rio de Janeiro: Ed. Graal. 1978. P.13

¹¹ PEREIRA, Mário E. C. Morel e a questão da degenerescência. In: Rev. Latinoam. Psicopat. Fund., São Paulo, v. 11, n. 3, setembro 2008.

Sendo este novo paradigma aprovado pela comunidade científica, a psiquiatria a partir daí produzirá um diversificado leque de novas psicopatologias e subjetividades anômalas em relação ao comportamento sexual desviante. A extensa produção de ensaios, processos e teses difundem o conhecimento de maneira intercontinental e interdisciplinar – as publicações médico-científicas são de grande interesse às áreas vinculadas às políticas da vida dos homens bem como a produção dos manuais pedagógicos¹² que, por sua vez, visa a profissionalização da prática e normatização do discurso que corroboram uma vasta nosografia^{13,13}.

O sexo¹⁴, que para Michel Foucault se mostra como o *elemento mais especulativo, o mais ideal, o mais interior em um dispositivo de sexualidade que o poder organiza em suas capturas dos corpos, sua materialidade, suas forças, suas energias, suas sensações, seus prazeres*¹⁵, será o principal elemento explicativo da causa dos desvios. A construção das imagens patológicas do louco, seja por comportamento sexual, ou por desejo sexual, limitam os sujeitos ao regime da psiquiatria que de forma diluída e discreta movimentam seu próprio discurso patológico para a manutenção do poder-saber. Afastando-se da justificativa de controle dos contingentes sociais incômodos, a psiquiatria da segunda metade do século XIX se esforça pelo uso do vocabulário neutro, racional, científico em relação ao comportamento sexual. Por mais que neste momento haja o afastamento das amarras políticas do Estado, é inegável que o discurso psiquiátrico seja apenas objeto de interesse dos psiquiatras. Prova disto são as interessantes interlocuções tanto dentro do escopo médico – por exemplo, ginecologia e psiquiatria¹⁶ – quanto em um patamar que extrapola os limites do conhecimento médico – por exemplo, criminologia e psiquiatria¹⁷.

No segundo capítulo desta pesquisa, analisamos os enunciados da sexualidade presentes na obra *Psychopathia Sexualis*. Patologia extensivamente tratada por Krafft-Ebing, a categoria *homossexualidade* é descrita tanto como sendo a característica principal e psicopatológica do doente, quanto causa de um transtorno psicopatológico maior. Portanto, separamos não apenas os casos intitulados na categoria *Homossexualidade*, como também os casos intitulados por outras patologias sexuais – por exemplo *Neurastenia* - ligada ao humor depressivo do homem. No segundo capítulo analisamos também a forma como o autor encadeia a sua nosografia na construção da homossexualidade e das formas de controle deste comportamento.

Embora visivelmente o foco do livro *Psychopathia Sexualis* seja a patologização a partir das noções de loucura masculina da época, Krafft-Ebing também descreve em algumas seções os desvios comportamentais das mulheres. Para além das definições polêmicas e nomenclaturas dos desvios, ou relatos psicosexuais que dão base à noção

12 O conhecimento mental sobre sexualidade irá paulatinamente ganhando contornos próprios, normativos e pedagógicos: no manual português *Elementos de Psiquiatria* de 1911, consta a inovadora inclusão das aberrações sexuais como parte fundamental da nosologia. Nesta publicação é perceptível a continuidade do grande prestígio ao método de Morel: “Foi só a partir do momento em que Morel, com uma visão genial dos fenômenos a estudar, fez intervir a causa na constituição dos grupos mórbidos, que em psiquiatria surgiram as classificações naturais” p.12

13 Nosografia é a escrita médica que descreve a doença.

14 ENGEL, Magali. *História e Sexualidade*. In: CARDOSO, C.F.; VAINFAS, R. *Domínios da História*. Ed. Campus. Rio de Janeiro, 1997. p. 437. Discorre sobre a existência desta vontade em se desvendar a sexualidade.

15 FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade*. Ed. Graal, Rio de Janeiro. p.205

16 MARTINS, Ana Paula V. Ana Paula Vosne. Um Sistema Instável: as teorias ginecológicas sobre o corpo feminino e a clínica psiquiátrica entre os séculos XIX e XX. In: Wadi, Yonissa M. e Santos, Nadia M. W.(org) *História e Loucura: Saberes, práticas e narrativas*. Edufu, MG. 2010

17 MACHADO, Leonardo D. C. N. *A patologização do desejo: o homossexualismo masculino nos manuais de medicina legal no Brasil das décadas de 1940 e 1950*. UFPR 2010

psiquiátrica de normalidade, no terceiro capítulo analisamos o modo como Krafft-Ebing constrói as imagens da mulher. Em muitos dos casos presentes na *História de Casos*, o psiquiatra se refere às mulheres como sendo parte fundamental no processo de controle dos sujeitos desviantes, como a *homossexualidade* por exemplo, pois o sujeito ao adentrar numa relação heterossexual seria levado ao comportamento sexual considerado normal pela psiquiatria. Neste capítulo vemos dois tipos de mulheres: a esposa e a prostituta. A esposa seria a responsável pelo comportamento sexual norma do marido: *”Meu conselho foi combater esses impulsos homossexuais, desempenhar seus deveres maritais sempre que possível (...)”*¹⁸. A prostituta, má, patológica por definição, ao exercer sua profissão, ou traria o homem à sexualidade normal ou denunciaria sua anormalidade: *”Se chegasse a encontrá-lo de novo, o antigo fogo certamente se reacenderia. Em duas outras ocasiões apaixonou-se por colegas, mas não com tanta intensidade como no primeiro caso. Aos 20 anos realizou o coito, mas sem extrair nenhum prazer do ato. Prosseguiu mantendo relações com mulheres a fim de evitar a masturbação, para parecer potente e mascarar sua tendência homossexual.”*¹⁹

Por mais que seja notável a grande quantidade de fracassos nas tentativas de controle pela coerção sexual, o que fica mais em evidência em muitos casos é a objetificação da mulher pelos esquadros clínicos do doutor Krafft-Ebing. No terceiro capítulo, numa perspectiva de debate de gênero, utilizaremos como referencial teórico os escritos da historiadora Joan Scott²⁰, enquanto crítica ao modelo binário homem - mulher pelos quais a nosologia psiquiátrica foi edificada. Por este viés contrário à construção da mulher dentro da alteridade de gênero, analisamos os casos de *Lesbianismo* e *Viragindade*²¹, os quais são relatos sobre mulheres de comportamentos e desejos sexuais anormais. Nos dez casos analisados a utilização do sexo oposto como meio para o controle das vontades sexuais não é tão citado pelo psiquiatra. Ao contrário, o que se nota é como o psiquiatra é detalhista ao descrever os modos masculinos como se vestiam e se portavam estas mulheres invertidas: *“(...) os médicos afirmavam que nas mulheres a linha que separava a fisiologia da patologia era tênue, quase imperceptível, ou seja, mesmo na normalidade de suas funções o corpo feminino era doente, ou potencialmente doente.”*²²

O que analisamos em nossa pesquisa, portanto, é a inauguração não apenas de um tipo de “racismo”²³ ao anormal em sua forma mais fundamental, vinculado ao sexo, mas também toda uma designação de lugar dado à mulher. Entre a norma e a margem produzida pelos esquadros da psiquiatria podemos chegar à conclusão de que esta obra teve uma notável importância. Ao criar categorias de sexo e gênero, o enquadramento dos

18 Krafft-Ebing, R. V. *Psychopatia Sexualis*. Martins Fontes, SP. 2001. Cito, neste trecho, o caso 137, p. 180.

19 Krafft-Ebing, R. V. *Psychopatia Sexualis*. Martins Fontes, SP. 2001. Cito, neste trecho, o Caso 143, p. 186.

20 SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

21 Semelhante ao lesbianismo apresentado na obra em questão, Krafft-Ebing enquadra as mulheres na categoria Viragindade quando há nelas o forte anseio pela mudança dos órgãos genitais femininos, para os masculinos.

22 MARTINS, Ana Paula Vosne. Um Sistema Instável: as teorias ginecológicas sobre o corpo feminino e a clínica psiquiátrica entre os séculos XIX e XX. In: Wadi, Yonissa M. e Santos, Nadia M. (org) *História e Loucura: Saberes, práticas e narrativas*. Edufu, MG. 2010 p.27

23 FOUCAULT, Michel. Os anormais. Martins Fontes, São Paulo. 2001 p.403. Foucault se apropria da palavra racismo para sua análise, pois qualquer tipo de defeito ou doença psicossomática seria, para os psiquiatras deste período, transmitida de geração por geração. “Racismo” aqui se aplica diferente da maneira “étnica” tradicional e neste caso, portanto, seria o sentimento de “filtrar os portadores de perigo” como forma de defesa interna de uma sociedade contra os seus anormais.

sujeitos nos moldes psiquiátricos da normalidade deixou suas marcas na sociabilidade e na política ao longo dos séculos XX e XXI. Esta herança, dada pelo posicionamento estratégico do dispositivo da sexualidade dentro da psiquiatria, demonstra a força do paradigma do anormal, que percorre instituições disciplinares, discursos de ódio e políticas públicas até os dias de hoje.

O BANQUETE DE BABETTE: HISTÓRIA, LITERATURA E CULTURA DA ALIMENTAÇÃO

Aluno: Lucas Piccoli Ferraz de Lima

Orientadora: Roseli Terezinha Boschilia

Palavras-chave: História, Literatura, Cultura da Alimentação, Autobiografia

Para a realização dos objetivos neste trabalho é importante à delimitação do que é a História e Cultura da Alimentação. A História adentrou nos estudos sobre alimentação muito recentemente se comparada com outras ciências sociais estabelecidas no século XIX, como a Antropologia e Sociologia¹. É apenas com a revolução historiográfica do grupo dos *Annales*, mais precisamente na segunda geração, com Fernand Braudel que a alimentação passou a figurar como um fator importante na historiografia².

A partir disso, vários historiadores começaram a se dedicar à História e Cultura da Alimentação, principalmente no campo da História Cultural. Um exemplo internacionalmente reconhecido é a obra “História da Alimentação”³, escrita em parceria pelo francês Jean Louis Flandrin e pelo italiano Massimo Montanari. No Brasil, destacam-se as contribuições de Henrique Carneiro e Ulpiano Meneses, com a obra de 1997 também intitulada “História da Alimentação”⁴ e principalmente do professor Carlos Roberto Antunes dos Santos que, com um artigo da mesma época intitulado “Por Uma História da Alimentação”⁵, ajudou a definir os objetivos e métodos do historiador da alimentação. Em outra obra, Santos define a especificidade e o valor simbólico da alimentação, afirmando que “o que se come é tão importante quanto quando se come, onde se come, como se come e com quem se come”⁶. O ato de alimentar-se, portanto, está imbricado com diversos costumes e hábitos, enfim, a uma cultura específica.

Com relação a este projeto, inicialmente pretendia-se trabalhar como fonte principal o filme “A Festa de Babette” de 1987, dirigido por Gabriel Axel e vencedor do Oscar de melhor filme estrangeiro⁷. O objetivo era refletir, a partir do filme, sobre a História e Cultura da Alimentação e como essa era capaz de produzir mudanças sociais significativas. Durante as pesquisas, constatamos que o roteiro do filme era uma adaptação de um conto escrito pela dinamarquesa Karen Blixen. Chamou muito a atenção, o fato do conto ter sido escrito por uma mulher, no final da década de 1940, com um pseudônimo masculino (Isak Dinesen). Foi esse fato que levou-nos a não só, substituir a fonte fílmica pelo conto, mas também a elaborar uma nova problemática na tentativa de conhecer a vida da escritora Karen Blixen, cuja trajetória pessoal mereceu a escrita de uma biografia intitulada “A vida de Isak Dinesen (Karen Blixen)”⁸, (a única publicada em português) de autoria da autora norte-americana Judith Thurman. A obra foi lançada nos Estados Unidos em 1982, e em 1985 foi traduzida para o português e lançada no Brasil pela Editora Record. Também tivemos

¹ MENESES, Ulpiano T. Bezerra; CARNEIRO, Henrique. História da alimentação: balizas historiográficas. In: *Anais do Museu Paulista – História e Cultura Material*. São Paulo: Nova Série, v. 5, p. 9-91, jan-dez, 1997. p.19.

² SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. *História da Alimentação no Paraná*. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2005. p. 12

³ FLANDRIN, Jean Louis; MONATNARI, Massimo. *História da Alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998

⁴ CARNEIRO; MENESES, Op. Cit.

⁵ SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. Por uma história da alimentação. *História: questões & debates*. Curitiba, ano 14, n. 26/27, dez. 1997.

⁶ SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. *História da Alimentação no Paraná*. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2005. p. 12

⁷ Informações extraídas do site IMDB: < http://www.imdb.com/title/tt0092603/?ref=fn_al_tt_1 >

⁸ THURMAN, Judith. *A vida de Isak Dinesen (Karen Blixen)*. Record: Rio de Janeiro, 1985.

contato com o site <http://blixen.dk/en/>. Trata-se da página oficial do museu dedicado exclusivamente a Karen Blixen, em sua terra natal, a Dinamarca. O site possui versões em inglês, alemão e dinamarquês, é fonte de informações frequentemente atualizadas e pertence a “Rungstedlund Foundation”⁹.

À luz destas novas informações, trazidas pelo trabalho de pesquisa, o projeto ganhou novos contornos. Se antes, a preocupação era analisar uma fonte que permitisse refletir sobre a História da Alimentação, agora o interesse estava voltado para questões relacionadas à própria elaboração da obra que nos serve de fonte. Ou seja, até que ponto ao escrever este conto, a autora não está falando da sua própria experiência pessoal?

A partir destas considerações o presente trabalho tem como objetivo analisar o conto “A Festa de Babette”¹⁰ sob a ótica da História e Cultura da Alimentação e dos estudos biográficos. Publicado pela primeira vez na revista norte-americana *Ladies Home Journal*, em 1950, o conto foi publicado posteriormente como um livro independente em 1952 e compilado na obra “Anedotas do Destino”¹¹, lançado em 1958.

A narrativa começa em 1871, e se passa na aldeia norueguesa de Berlevaag. Duas irmãs, Martine e Philippa, que moram juntas, são filhas de um pastor muito austero e já falecido que foi criador de seu próprio culto cristão. Embora após a morte do pastor a seita tenha parado de crescer, ainda há alguns seguidores, todos já com certa idade.

Na sequência, a autora retrocede quarenta anos época em que o pastor ainda está vivo e as duas irmãs são jovens e bonitas. Certo dia a família é surpreendida com duas visitas que tem um grande impacto em suas vidas. Martine passa a ser cortejada por um oficial da cavalaria sueca, Lorens, que se apaixona perdidamente por ela, contudo incapaz de expressar seu amor, deixa a vila. Já a irmã mais nova Philippa, enquanto cantava na igreja, é descoberta por um cantor de ópera parisiense, Achille Papin, que era uma estrela internacional que havia ficado um ano na ópera de Estocolmo. Em busca de paz e tranquilidade ele viaja até à vila das duas irmãs, mas ao chegar lá, é tomado por uma grande melancolia ao pressentir que sua aposentadoria está próxima. Porém, ao ouvir Philippa ele se enche de entusiasmo e acredita que pode transformá-la numa grande estrela da ópera parisiense. Oferece-se para ser professor de canto da moça, o pastor aceita, e Papin inicia suas aulas. Ao final de uma das sessões Papin, tomado pelo entusiasmo ao final de uma canção, acaba beijando a moça. Philippa fica atemorizada e pede ao pai para não ter mais aulas com o francês e este parte da vila, infeliz e pesaroso.

A História retorna ao ponto inicial e as irmãs já idosas recebem a visita de uma jovem, Babette, que foi encaminhada por Achille Papin. Papin explica em uma carta que esta jovem estava fugindo dos tumultos causados pela Comuna de Paris e que todos os seus familiares haviam sido assassinados. Diante do pedido, as irmãs aceitam Babette como sua empregada, apesar de não terem condições financeiras para pagar pelos serviços prestados. Babette permanece vivendo modestamente com as irmãs por quatorze anos transformando-se em uma pessoa querida, não só pelas irmãs, mas por outras pessoas do vilarejo. O único vínculo que Babette mantinha com a França era um bilhete de loteria que era anualmente renovado, graças à ajuda de um amigo. Um dia ela recebe uma carta dizendo que havia ganho dez mil francos através desse bilhete. Com o prêmio recebido Babette decide preparar para as irmãs e para os membros da seita um autêntico banquete francês. Muito a contragosto as irmãs concordam e Babette viaja até a Paris para comprar os ingredientes. No momento em que as irmãs e a população do vilarejo vêem os ingredientes chegando, se

⁹ Rungstedlund é o nome da propriedade onde fica o museu, boa parte dessa propriedade era a casa da própria Karen Blixen. O museu foi em parte construído e ainda é mantido com o dinheiro proveniente das vendas das obras de Blixen.

¹⁰ BLIXEN, Karen. **A Festa de Babette**. São Paulo: Cosacnaify Portátil, 2006.

¹¹ BLIXEN, Karen. **Anedotas do Destino**. São Paulo: Cosacnaify, 2006.

assustam e temendo uma luxúria demasiada, o que era proibido pela seita, fazem um pacto com os outros fiéis de ir ao jantar, mas não tecer nenhum comentário sobre a comida. O antigo pretendente de Martine, agora general Lorens, por uma coincidência participa do jantar e lembrando suas refeições no *Cafe Anglais*, em Paris, reconhece as diversas iguarias preparadas por Babette e desconhecendo o pacto passa a tecer vários comentários sobre a comida. Os habitantes do vilarejo vão aos poucos se deixando levar pelas sensações provocadas pela comida e pela bebida. No final é revelado que Babette era cozinheira no *Cafe Anglais* e que gastou todo o dinheiro recebido na preparação do jantar.

Para proceder à análise deste conto, algumas considerações teóricas devem ser feitas. A primeira delas envolve a relação entre história e literatura, cuja discussão se insere nos debates promovidos pela Nova História Cultural. No livro “A História Cultural: entre práticas e representações”¹², o historiador francês Roger Chartier afirma que a obra literária não deve ser entendida como um objeto individualizado, um ponto fixo, mas como um conjunto de significados que envolvem as diversas relações com outras obras, com o próprio autor e com os leitores.

Para viabilizar esse tipo de interpretação da literatura como fonte histórica, Chartier elaborou o conceito de representação. A literatura seria uma representação do mundo, que não necessariamente corresponderia à verdade. A representação seria, portanto, um instrumento mediador entre uma realidade que não existe e os signos que a representam. Essa construção de uma realidade que não existe, está sujeita à significação que a ela são atribuídos. Na literatura estão presentes dois “tempos” distintos, o primeiro deles é aquele que é narrado pelo autor, o segundo é o contexto de produção da obra, que diz respeito às conjunturas políticas e sociais, mas principalmente as subjetividades de seu autor, afinal, cada obra carrega consigo diversos elementos desse momento.

A segunda consideração teórica diz respeito ao conceito de biografia, autobiografia e como estas são constituídas. Uma fonte literária só pode ser devidamente compreendida se analisarmos o contexto de sua criação, é importante que tenhamos elementos para analisar a vida do autor dessa obra, no caso Karen Blixen.

Nesse sentido foram utilizados os artigos “A Ilusão Biográfica”¹³ de Pierre Bourdieu, na qual ele destaca que as biografias são um produto do senso comum que pouco a pouco foram adentrando nas disciplinas acadêmicas e que os autores deste tipo de obra buscam dar um sentido a uma cadeia de eventos subsequentes, o problema seria que esse sentido é totalmente construído e manipulado pelo próprio autor.

O segundo artigo utilizado foi “A biografia como problema”¹⁴ de Sabina Loriga, ela entende que a maioria dos historiadores tem uma concepção pré-psicanalítica e pré dostoievskiana de indivíduo e que se deve procurar uma “biografia coral”, em que o indivíduo “não tem como missão revelar a essência da humanidade” e deve permanecer particular e fragmentado¹⁵. Outro artigo utilizado para problematizar a questão biográfica é de autoria da professora Roseli Boschilia, intitulado “Sidónio Muralha: memórias Autobiográficas de um Homem Arrastado”¹⁶, em que é abordada a questão da autobiografia, a escrita sobre si, que não deixa de ser o caso em uma obra literária.

¹² CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro; Lisboa: Bertrand Brasil: DIFEL, 1990.

¹³ BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: FIGUEIREDO, Janaina Amado Baptista de; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. São Paulo: FGV, 2006.

¹⁴ LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogo de Escalas: A Experiência da Microanálise**. FGV: Rio de Janeiro, 1998.

¹⁵ Ibidem. p. 249.

¹⁶ BOSCHILIA, Roseli. Sidónio Muralha: memórias autobiográficas de um “homem arrastado”. **Nave@mérica. Revista electrónica editada por la Asociación Española de Americanistas**. 2013, n. 11. Disponível em <http://revistas.um.es/navegamerica>

Para descrever de modo sucinto a biografia de Karen Blixen ficaremos restritos a alguns eventos importantes de sua vida, elementos que possibilitam o entendimento da análise do conto sob a ótica da História e Cultura da Alimentação. Karen Christentze Dinesen nasceu em 17 de Abril de 1885. E era filha de Adolph Wilhelm Dinesen e Ingeborg Westenholz. A autora Judith Thurman coloca que as duas famílias tinham visões de mundo e pertenciam a lugares muito diferentes (embora não opostos) na sociedade dinamarquesa da época e isso teria muita influência sobre Karen. A família de sua mãe, os Westenholz, eram típicos burgueses, comerciantes que haviam feito fortuna graças a seu próprio esforço e adotavam, de maneira geral, um comportamento pautado na honestidade e frugalidade. Eram membros da Igreja Unitarista (uma vertente do protestantismo que acredita que existe unidade absoluta em Deus e que consideram a Bíblia como única fonte de fé e de prática dela). Suas vidas eram dedicadas a um projeto de perfeição moral.

Já a família de seu pai, era muito mais aristocrática, eram primos do maior nobre do reino, gente do campo e não se sentiam suprimidos por obrigações morais. Nas palavras da própria Karen, eram pessoas que tinham uma “enorme e selvagem alegria de viver”.

O pai suicida-se quando ela tinha apenas dez anos, o que a deixa a mercê do fundamentalismo religioso da família de sua mãe, no entanto, na fase final de sua adolescência ela vive no círculo da elite das sociedades dinamarquesa e sueca, de maneira bastante liberal. É nesse círculo que conhece seu futuro marido Bror Blixen-Finecke, com o qual em 1914 se muda para a África para que ele administrasse uma fazenda de café no que hoje é o atual Quênia. Em 1921 ela divorcia-se do marido, é somente a partir de 1931 que sua carreira como escritora deslança e ela faz muito sucesso, tornando-se uma espécie de “celebridade literária”, no entanto ela sofreria com graves problemas de saúde até sua morte em 1962.

Após as reflexões teóricas e a apresentação desses elementos da vida de Karen Blixen, podemos analisar com maior segurança o conto “A Festa de Babette”. Antes disso, entretanto, faz-se necessário apresentar a estrutura do trabalho; o primeiro capítulo dedica-se a definir e compreender a História e Cultura da Alimentação e sua historiografia, o segundo capítulo dedica-se a um estudo teórico sobre a questão biográfica e a expor de forma resumida a vida de Karen Blixen, o terceiro capítulo busca unir os dois anteriores para analisar o conto e tentar compreender o quanto da vida pessoal da autora está presente no conto.

Nas considerações finais, o primeiro fator que salta aos olhos é correspondência entre a extrema religiosidade do pastor pai de Martine e Philippa e o da família materna da autora. Os dois “pretendentes” das irmãs sugerem para as duas um mundo diferente, cercado de prazeres e luxo, que poderiam muito bem representar a família do pai da autora. A chegada de Babette é inicialmente um mistério, Babette respeita muito a religiosidade de suas patroas não tenta intervir na vida frugal delas ou dos demais habitantes do vilarejo. Mas quando recebe a notícia sobre o prêmio da loteria ela dá uma amostra de uma parte significativa da sua vida em Paris, a comida. A comida aqui não é apenas a fruição do gosto ou do sabor, mas é um símbolo de um mundo mais vibrante, cosmopolita e liberal do que o do pequeno vilarejo norueguês.

Outros elementos descritos em minúcia pela autora, que dizem respeito ao preparo dos alimentos, da decoração do jantar, da seleção dos vinhos, da maneira como a comida é servida, só poderiam ser colocados dessa maneira por alguém que teve contato com esse mundo aristocrático, como sabemos é o caso da própria Karen. Ao final do conto Babette revela que ela mesma era uma *communarde*, que lutou contra as injustiças e que se considerava uma grande artista, embora tenha sido excluída de seu meio social. Isso é importante para salientarmos que Karen Blixen não faz uma oposição simplista entre a vida no distante vilarejo norueguês e a vida na cosmopolita Paris, como se um fosse bom e

outro ruim, cada lugar possui suas particularidades e subjetividades. O jantar e tudo que o envolveu foi uma maneira dela se reencontrar com essa arte.

Como sustentam os teóricos da História e Cultura da Alimentação, a comida e toda a ritualística que a cercam são indícios preciosos dos hábitos e práticas sociais de determinada sociedade. Podemos afirmar que um suntuoso jantar, como o oferecido por Babette, é uma maneira eficiente de quebrar as convenções de um extremismo religioso, Karen Blixen julgou que a alimentação é um dos sinais mais contundentes da personalidade um pessoa e do conjunto de práticas de um grupo social, seja ele uma família ou um vilarejo inteiro. Foi, a alimentação, portanto que escolheu para representar a quebra (ou flexibilização) de valores que ela associava a um mundo que conhecia e respeitava, mas que algumas vezes entendia como opressor.

RESUMOS BANCA III

*Quinta-feira, 05 de
junho de 2014 – Das
09h00 às 10h30
Local: Sala Prof.
Carlos Antunes
(612) – 6.º andar –
DEHIS/UFPR*

INVENTARIANDO ALFORRIAS EM CURITIBA: 1860-1888

Carla Fernanda dos Santos

Orientadora: Prof. Dra. Joseli Mendonça

Palavras-chave: Escravidão; Inventários; Alforria.

Esta pesquisa teve dois objetivos centrais. Um deles foi caracterizar as escravarias de proprietários que realizaram inventários post mortem na Comarca de Curitiba entre os anos de 1860 e 1888. Outro foi o de interpretar as alforrias de escravos ocorridas quando da morte desses senhores. Para esta pesquisa, selecionei os inventários e testamentos disponíveis no Arquivo Público do Paraná no período investigado. O momento da morte do senhor era muito importante na vida dos escravos, pois nele se configuravam situações decisivas para os cativos: abriam-se possibilidades de que fossem vendidos para pagamento de dívidas, transmitidos a um ou a outro herdeiro – o que poderia significar uma mudança para uma propriedade onde seriam mais cerceados e a chance de uma libertação diminuiria, ou então a transferência para um senhor mais exigente ou cruel. Este era um momento, também, de expectativa dos cativos em relação à alforria. Para Sidney Chalhoub¹, a morte do senhor era comparável à situação de compra e venda.

Para alcançar o primeiro objetivo – caracterização da escravaria – utilizei os inventários, que são processos nos quais os bens do falecido são listados, avaliados e partilhados. Estes documentos apresentam dados mais quantitativos e úteis para o propósito de caracterização geral das escravarias. Os testamentos – nos quais o proprietário expressa suas vontades para o *post-mortem* – serviram para analisar mais diretamente as alforrias, oferecendo assim dados qualitativos para a pesquisa. Um anexo ao inventário e que foi grande valia é a matrícula de escravos, registro que se tornou obrigatório a partir de 1871 e consiste em uma espécie de tabela, com os campos nome do escravo, cor, idade, estado civil, naturalidade, filiação, aptidão para o trabalho, profissão e uma coluna para anotação de observações. Essas informações, em especial a naturalidade e a filiação, raramente aparecem antes de 1871. Saber a filiação do cativo foi muito proveitoso no sentido de perceber a formação de famílias dentro dos plantéis.

Quando Wilson Martins anunciou a irrelevância da escravidão para a constituição da população do Paraná², é muito provável que assim tenha feito devido à especificidade da cultura agrícola da província, que, pelo menos significativamente, não produziu de maneira semelhante às grandes províncias exportadoras. Sendo assim, não existiria uma extensa unidade de produção que viabilizasse ou demandasse grandes plantéis de cativos. É certo que a província do Paraná desempenhou um papel peculiar na economia do Brasil Império, se comparada a grandes centros exportadores com suas produções baseadas na *plantation*, agricultura monocultora direcionada para a exportação. Para Carlos Antunes, “do ponto de vista da História Geral do Brasil, a História do Paraná ao longo do século XIX parece passar despercebida, extremamente tangenciada do meio das estruturas sociais e econômicas, tomadas no seu conjunto”³. Mas isso não significa que não tenha existido escravidão. De acordo com Eduardo Spiller Pena⁴ e Cacilda Machado⁵, predominavam

¹ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

² MARTINS, Wilson. *Um Brasil diferente*: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989.

³ SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. *Vida material, vida econômica*. Curitiba: SEED, 2001, pág. 11.

⁴ PENA, Eduardo Spiller. O jogo da face: a astúcia escrava frente aos senhores e à lei na Curitiba provincial. Curitiba: Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná, 1990.

⁵ MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades*: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

proprietários de pequenos plantéis, formados principalmente por 1 a 4 cativos, sendo estes em sua maioria trabalhadores nos ervais e na pecuária. Encontrei 78 inventários de senhores entre os 680 totais, realizando fichamentos e tabelas com as informações que considere relevantes para a pesquisa. Através destes dados, procurei estudar a escravidão e a prática da alforria na Comarca.

No primeiro capítulo, busquei realizar uma revisão bibliográfica em torno do conceito da alforria em diversos lugares do Império, com o fim de compreender o significado da manumissão, principalmente em meio à antítese concessão-conquista. Alguns historiadores consideram a alforria a realização unilateral da vontade do senhor. Mary Karasch⁶ considera que o dispositivo da alforria funcionava como uma “forma poderosa de controle dos escravos”⁷. As fontes consultadas pela autora evidenciam que os proprietários libertavam com muito mais facilidade os escravos que agiam de acordo com suas vontades, ou seja: estimulavam a disciplina nesses indivíduos prometendo a liberdade. Karasch, então, constata que a alforria era uma prática que beneficiava muito mais o senhor que o próprio cativo: uma práxis profícua na busca da manutenção e aumento de suas propriedades. Essa tese foi rebatida por diversos estudiosos da escravidão, principalmente aqueles oriundos da ruptura thompsoniana com o marxismo tradicional. Um dos estudos que permite relativizar esta percepção - de que a alforria fosse apenas uma prática relacionada ao controle dos escravos - é *Por amor e por interesse: a relação senhor-escravo em cartas de alforria*⁸. Neste estudo, Lígia Bellini analisa a ação do escravo quanto à “conquista” do proprietário, conquista essa com intenção de alcançar a liberdade. Para tanto, o cativo precisa “tornar-se cúmplice do senhor”⁹, o que demonstra que esse bom comportamento é muito mais uma estratégia do escravo para tornar-se livre do que um mecanismo de controle absoluto do proprietário, como acredita Karasch. Esse efeito controlador de que se institui o senhor é muitas vezes uma consequência da tática de busca pela liberdade do cativo do que uma atitude consciente do proprietário. Essa caracterização da alforria como resultado de múltiplas ações também é feita por para Alessandra Pedro¹⁰, para quem o dispositivo assume um caráter mais complexo do que a simples doação: é algo entre a dádiva – dada pelo senhor – e a conquista – alcançada pelo escravo. Para ela, o *ethos* paternalista do proprietário – por quem a alforria é compreendida como uma dádiva – se confirma nas fontes testamentárias, pois é possível identificar o cenário que o senhor pretende construir ou manter mesmo após a sua morte. Tanto Pedro quanto Chalhoub concordam que esse mundo paternalista é “uma autodescrição da ideologia senhorial, um mundo idealizado, uma sociedade imaginária”¹¹, já que são muitos os estudiosos que mostram os escravos como agentes ativos do processo histórico, entre eles, Sílvia Lara Hunold¹² e Manolo Florentino¹³. Sidney Chalhoub, como Pedro, ressalta a relação entre alforria e o paternalismo das relações de escravidão, considerando que, do

⁶ KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

⁷ Idem, pág. 417.

⁸ BELLINI, Lígia. *Por amor e por interesse: a relação senhor-escravo em cartas de alforria*. In: REIS, João José (Org.). *Escravidão e invenção da liberdade: Estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

⁹ Idem, p. 74.

¹⁰ PEDRO, A. *Liberdade sob condição: Alforrias e política de domínio senhorial em Campinas, 1855-1871*. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 2009.

¹¹ Idem, pág. 11.

¹² LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores da Capitania do Rio de Janeiro : 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

¹³ FLORENTINO, Manolo. *Alforrias e Etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista: notas de pesquisa*. Topoi, Rio de Janeiro, set. 2002, pp. 9-40.

ponto de vista do senhor, a manumissão era uma concessão, enquanto para os escravos podia significar uma conquista.

No Capítulo 2, examinei as escravarias inventariadas nos documentos do período selecionado, em suas características gerais, como sexo, cor, idade, origem e ofício. Quanto à origem dos cativos, 24% (63 indivíduos de um total de 268) apresentaram a indicação direta de sua procedência. Nos que tiveram essa menção, uma quantidade significativa era composta de africanos: 19 entre os 63 com origem especificada, 30%. Mas a maioria era natural da própria província – “Curitiba”, “São José dos Pinhais”, “Votuverava” e “Paraná” somaram 64% das origens reconhecidas. Ou seja, de acordo com esta amostra, não foi significativa a entrada de escravos de outras províncias. Eduardo Spiller Pena coloca a província paranaense como um local onde haveria, devido ao tráfico interprovincial, uma tendência ao esvaziamento da mão de obra escrava, e principalmente nos anos finais se fazia muito a venda dos cativos aos maiores centros exportadores. Assim como Spiller Pena, acredito que esse índice de cativos naturais da província é mais um fator que corrobora a ideia de que muito da manutenção da escravidão na província se deu de maneira endógena, ou seja, através da reprodução natural dos cativos, até porque mais de 20% dos indivíduos tem até 14 anos. Quanto ao sexo, havia um equilíbrio considerável, com leve predomínio masculino. Dentre os escravos registrados nos inventários entre 1860 e 1888, 127 (47%) eram mulheres e 141 (53%) indivíduos eram homens. Se levarmos em consideração apenas os 189 cativos em idade de trabalho (44 indivíduos estavam abaixo de 12 anos e outros 35 não tiveram a idade indicada), temos também uma maioria feminina, só que ainda menos acentuada: 50,8% (os homens somavam, portando, 49,2%). Quanto aos menores de 12 anos, a maioria é significativamente masculina: 66% (29 meninos para 15 meninas, estas representando 34%). Portanto, aquela pequena diferença de 6% a mais de homens parece ser definida nessa faixa etária. Irmãos aparecem treze vezes; mãe com filho(s) nove; casais com filho(s) aparecem três vezes. Quatro vezes uma das irmãs daquelas nove vezes em que aparecem irmãos tem filhos, ou seja, são quatro relações do tipo tio/sobrinhos. Percebi, analisando todas as escravarias com mais de um indivíduo, que a formação de famílias era uma possibilidade significativa – ou seja, havia escravos de sexos opostos, em idade reprodutiva e que não tinham laços de parentesco tipo tio-sobrinho ou irmãos. Não podemos saber se é um ato premeditado do senhor com intuito de reprodução, mas das 50 escravarias com mais de um cativo, apenas 5 não apresentavam a possibilidade de reprodução (eram compostas só por um sexo, ou por idosos, ou por irmãos/tios sobrinhos).

Ao avaliar o registro da cor de cada um dos cativos, percebi que 81 deles não tinham qualquer indicação de cor (cerca de 30%). Dessas 168 cores registradas, há uma maioria de miscigenados: 7 fulos, 29 pardos, 47 mulatos e 5 cabras, totalizando 88 indivíduos miscigenados. O termo crioulo pode ter duas interpretações: a primeira como cor, por constar no campo “cor” da matrícula de escravos; e a segunda como escravo nascido no Brasil, oposto do “de nação”, escravo nascido na África. Portanto, não os incluí na contagem da proporção de cor. No total, são 88 miscigenados, 20 crioulos, 77 pretos e 2 brancos. Na historiografia que problematiza a designação dos nomes das cores dos cativos o que fica explícito é a significância social que os termos carregam. Encontrei, curiosamente, dois escravos brancos, Escolástica e Ignácio¹⁴, de 20 e 23 anos. Ambos solteiros, são dados como brancos na matrícula efetuada em 1872, quando tinham 10 e 13 anos; mas na avaliação de 1882 são mulato-claros. O que teria ocasionado essa mudança? Inicialmente, pensei em uma tentativa de aumentar o preço de venda ou de simplesmente torná-la possível – seria a existência de um escravo branco não concebível naquela

¹⁴ *Inventário de Maria Francisca da Silva*, 1882. PB 045 PI 7908, Caixa 302. DEAP – Departamento de Arquivo Público do Paraná.

circunstância? Alguém compraria um escravo dessa cor? Sendo a cor uma diferenciação social e que torna o branco superior ao negro a ponto de legitimar a sua escravização, talvez a aceitação de um escravo branco, e nesse caso, a venda, tornaria muito tênue a linha separatória entre senhor e escravo: “Num plano geral, era a escravidão que orientava a designação social da cor dos livres e, portanto, a cor era também instrumento de construção social da hierarquia que os diferenciava.”¹⁵ Futuramente, pretendo ampliar meu corpo documental e os tipos de fonte que consulto; com certeza investigar mais a fundo essa história será um dos meus principais objetivos. De qualquer forma, é possível percebermos neste episódio em que o registro se modifica que a cor não era um dado estático, e tendo conotação de status social, poderia este status também se modificar: o status do escravo ou do liberto, portanto, não era imutável.

No terceiro capítulo, analisei mais atentamente as questões concernentes à alforria. Percebi um número consideravelmente pequeno de cativos que chegam ao final do processo de realização do inventário como libertos. Dentre a amostra de 268 escravos, 218 deles (81%) continuaram na escravidão ao final da realização do inventário e somente 10% obtiveram alforria. Destes que obtiveram a alforria, 9 indivíduos precisaram cumprir um determinado tempo de trabalho até que conseguissem alcançar a liberdade – os *statuliber*; 14 deixaram de ser mencionados, no decorrer dos autos, por motivos desconhecidos. Dentre os que conseguiram a liberdade, 12 a alcançaram através de promessa feita oralmente – e depois cumprida pelos herdeiros – ou por testamento; 4 compraram a sua própria alforria enquanto 6 tiveram a intervenção de terceiros para obtê-la. Além desses casos, foram encontrados 2 indivíduos libertos pela lei de 1888 e três que não tiveram sua via de liberdade explicitada, sendo apenas mencionado como livre ou assinado carta de alforria. Os escravos que compraram suas alforrias são dois homens e duas mulheres. Antonio¹⁶ e Joaquim¹⁷ 51 e 50 anos, respectivamente; Joaquina Africana tinham 60 e Anna 37. Nenhum possuía algum tipo de especialização profissional e seus valores eram todos menores que 600\$000. Dentre aqueles que obtiveram a alforria através de promessa, cerca de 70% eram homens. Apenas 5 mulheres foram manumitidas dessa forma, em um total de 15 indivíduos. Escravos constituídos herdeiros foram encontrados em dois casos. O primeiro é de Anna Gonçalves do Espírito Santo¹⁸, que alforriou 5 escravos – 4 homens e 1 mulher – instituindo-lhes como “herdeiros dos bens que sobrassem de sua terça” e deixando diretamente uma casa na Rua do Fogo para um certo Benedicto, que fora libertado por seu pai, José Gonçalves do Espírito Santo¹⁹. Apenas 1 dos 15 indivíduos ganhou alforria em inventário, o restante das manumissões ocorreu em testamento.

Assim concluí, em consonância com Eduardo Pena e Cacilda Machado, que a reprodução endógena da escravidão no Paraná foi importante, ou seja, o sistema escravista se mantinha ou aumentava com a reprodução entre os cativos já aqui existentes. Itens explorados como a idade, a composição, a formação de famílias – 64 dos escravos registrados possuíam laços familiares dentro das próprias escravarias – e as origens dos escravos podem corroborar essa ideia. E aqui considere apenas os dados diretamente descritos nos inventários e testamentos. Imagino que a quantidade de famílias, por

¹⁵ MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

¹⁶ *Inventário de Dona Anna Eufrásia de Oliveira Ribas*, 1879. PB 045 PI 7648, Caixa 291. DEAP – Departamento de Arquivo Público do Paraná.

¹⁷ *Inventário do Tenente Francisco Xavier da Silva*, 1874. PB 045 PI 7236, Caixa 276. DEAP – Departamento de Arquivo Público do Paraná.

¹⁸ *Testamento de Anna Gonçalves do Espírito Santo*, 1864. PB 045 PI 6455, Caixa 241. DEAP – Departamento de Arquivo Público do Paraná.

¹⁹ *Testamento de José Gonçalves do Espírito Santo*, 1862. PB 045 PI 6142, Caixa 242. DEAP – Departamento de Arquivo Público do Paraná.

exemplo, poderia ser muito maior no interior dessas propriedades e apenas não são diretamente citadas, principalmente antes da obrigação da matrícula dos escravos. Acredito que, em oposição a Wilson Martins, que alegou a insignificância da escravidão no Paraná, a população de cativos e libertos foi sim muito significativa, e vou além: atestar a força da população negra escrava, livre e liberta existente no Paraná do século XIX é fundamental para os debates raciais da atualidade. Afinal, como coloca Eduardo Spiller Pena, negar a existência da escravidão na província do Paraná é “relegar a um plano zero a historicidade da população negra na região”²⁰.

²⁰ PENA, Eduardo Spiller. *O Jogo da Face: a astúcia escrava frente aos senhores e à lei na Curitiba provincial*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999, p. 32.

REPRESENTAÇÕES DO HOMEM DO CAMPO NAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS DO CHICO BENTO ENTRE 2009 E 2012

Aluno: Felipe Schneider de Souza Amorim

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosane Kaminski

Palavras Chave: Homem do campo; Histórias em quadrinhos; Chico Bento.

Esta monografia tem como fontesum conjunto de histórias em quadrinhos do Chico Bento¹, personagem criado por Mauricio de Sousa², nas quais ele interage com seu Primo³ da cidade. O objetivo da pesquisa é refletir sobre a imagem do homem do campo que é construída nessas histórias que foram publicadas entre 2009 e 2012⁴.

Para isso, o trabalho se divide em três eixos, que estão organizados em três capítulos. O primeiro trata da tradição de representar o homem do campo como um tema recorrente, observável nos mais diversos gêneros artísticos brasileiros, como a pintura, o texto escrito em prosa, o cinema e os quadrinhos. O segundo trata dos quadrinhos como um gênero artístico, concebido no contexto da modernidade e como ele se torna parte do mercado de bens culturais existente na cultura contemporânea. Por fim, no terceiro momento, é feita a análise das histórias em quadrinhos, sempre protagonizadas pelo personagem Chico Bento e, na maioria das histórias, também pelo seu Primo. Neste capítulo se discute a questão das representações do homem do campo, bem como do ambiente rural em contraposição ao ambiente urbano, este último representado pelos valores associados ao Primo da cidade.

A ideia de identificação pela região é própria da modernidade onde há, ao mesmo tempo, a noção de expansão e de encolhimento do espaço. Esse encolhimento se dá por uma facilidade na mobilidade, que torna os espaços mais acessíveis, e de forma mais rápida, a partir disso, o local, o vilarejo, o regional, se torna secundário perante a nova força identitária, a nação. O papel da nação se dá ao construir identidades culturais nacionais e discursos de construção de identidade. O nacionalismo resultante dessa mudança funciona como uma ponte que liga um passado grandioso, muitas vezes iniciado em um mito fundador, com o presente moderno e como base de construção de um futuro ainda mais modernizador.⁵ Esse nacionalismo também vai condicionar a criação de discursos que criam uma cultura nacional, cultura essa, que tende a se sobrepor e unificar

¹ O personagem Chico Bento foi idealizado e criado no ano de 1961, porém a primeira tirinha com o personagem a ser aceita, foi no ano de 1963, como coadjuvante da já existente série “Hiroshi e Zezinho”, publicada na revista Coopercotia (da Cooperativa Agrícola de Cotia) com o passar do tempo, as posições seriam invertidas, Chico Bento se tornou o protagonista, e os outros dois, coadjuvantes que se transformaram nos atuais Hiro e Zé da Roça. Recebeu revista própria em 1982.

² Cartunista e quadrinista brasileiro que inicia sua carreira em 1959, criando tiras para jornais paulistas e associações comerciais, que conseguiu grande sucesso a partir da década de 1970 reunindo os personagens mais famosos de suas tiras.

³ Personagem criado em 1973 como coadjuvante das histórias de Chico Bento, é primo por parte de mãe do Chico Bento, e se chama José Carlos Henrique Bento Junior, mas é chamado de Primo Zeca ou apenas Primo.

⁴ Esse recorte foi escolhido, pois a Mauricio de Sousa Produções (MSP), que produz as histórias do Chico Bento. Muda de editora em 2007, saindo da Editora Globo para a Editora Panini, a partir dessa mudança, localizei histórias as quais tivessem a temática da construção do personagem a partir de interações com o Primo ou com elementos de modernidade, chegando assim ao período compreendido entre 2009 e 2012.

⁵ **HALL, Stuart.** A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro; DP&A Editora, 2006. P.56

as identidades regionais, substituindo-as por uma cultura nacional que pretende representar a nação como um todo.

Se durante a modernidade, há essa tendência de identidades culturais nacionais, dentro dessas culturas, há também relações de poder entre aquilo que transcende o regional para se tornar nacional e aquilo que é exclusivamente regional, e não se identifica com o que é considerado nacional. A modernidade, entretanto não é perene, e as formas de identidade sofrem transformações. O indivíduo moderno era pensado como um sujeito centrado em si mesmo, e uma das características da pós-modernidade é considerar esse indivíduo se descentralizando⁶. Essa descentralização é quando as identidades se misturam e se sobrepõem, onde uma única pessoa se identifica de várias formas diferentes e até com identidades que pareçam conflitantes se vistas por outros indivíduos.

A busca pelo moderno e como essa busca lidava com a tradição, também é uma característica daquilo que se chama de modernidade. Até então, havia uma espécie de oposição entre a tradição e o novo, seja para valorizar um ou o outro, e é nesse momento que o tempo deixa de ser visto como cheio de rupturas e mais como um processo contínuo, sendo assim, o moderno não é oposto ao tradicional, ele é pensado como continuidade⁷.

Um dos fenômenos da pós-modernidade, é a globalização, que é a integração entre as mais diversas nações, em aspectos sociais, políticos, econômicos e também culturais. Os processos de globalização no campo cultural vão atuar de diversas formas, seja quebrando as fronteiras entre nações que separam culturas, seja amalgamando culturas, ou mudando as relações de poder entre diferentes culturas e práticas culturais e, ao mesmo tempo em que tende a ser unificante em escala global, tende também a fortalecer as práticas mais regionais.⁸ Nesse contexto, os temas rurais brasileiros ganhariam força além daquela que a identidade regional já possuía, e se fortalece como uma das possíveis identidades brasileiras.

A representação do habitante da área rural, aqui referido no título desta pesquisa enquanto homem do campo é um tema recorrente nas expressões artísticas brasileiras. Essa recorrência é resultado, em partes, da forte identificação que o povo brasileiro teve com o campo por um grande período, já que apenas na década de 1970, a população urbana ultrapassa em números a população rural,⁹ e ainda assim, boa parte dessa população era oriunda do campo, ou tinha ligações fortes com a área rural. Sendo assim, é compreensível a quantidade de representações do habitante do campo, nas mais diversas áreas das artes brasileiras. Essas representações ajudam a construir a imagem do homem do campo, e no geral, ou são um exemplo forte dessa imagem, ou contribuem para a construção dela. As representações são aqui entendidas conforme o conceito do historiador francês Roger Chartier, enquanto algo que não se propõe a ser real, apenas uma representação que nos ajudaria a entender e formar nossa visão sobre esse real (ou dos conceitos que temos dele), servindo como um substituto de um real que está ausente¹⁰.

Dentre os antecedentes do Chico Bento nas representações visuais do homem do campo brasileiro, os mais remotos são produto da obra do quadrinista e chargista italiano

⁶ Idem p.26

⁷ VELLOSO, Monica Pimenta. In: História e Modernismo. Belo Horizonte: Autêntica, 2010 p.15.

⁸ ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994 p. 52.

⁹ Dados disponíveis na tabela 1.8 em: <http://www.censo2012.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8&uf=00/> (acessado em 09 de maio de 2014)

¹⁰ CHARTIER, Roger. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: A História Cultural entre práticas e representações. Col. Memória e sociedade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 19.

que vivia no Brasil, Ângelo Agostini, que com um forte estilo de humor satírico e crítico, trabalhou para várias revistas paulistas e cariocas, criando dois personagens fixos, com personagens centrais sendo homens simples do campo. Assim, em 1869 começaram a ser publicadas *As Aventuras de Nhô Quim*, principal trabalho de Agostini, e em 1883, *As Aventuras de Zé Caipora*.¹¹ Quanto ao primeiro, a série tinha como tema principal, os contrastes entre a vida no campo e a vida na cidade¹², um tema clássico que tinha um apelo especial naquele contexto, onde a vida na corte atraía muita atenção, por ter as relações entre os habitantes da corte e os representantes da aristocracia rural que tentavam se inserir nesse meio, para conseguir uma maior legitimação social, e estreitar os laços com o poder central na capital do então Brasil Império. *As Aventuras de Nhô Quim* era visto dentro da revista *Vida Fluminense*, como um romance ilustrado que ocupava o lugar de um folhetim¹³, e além de mostrar relações de alta sociedade, mostra também o homem do campo simples, naquela que talvez seja a personagem principal das histórias de Agostini, a cidade.

Outro caso de meados do século XIX é o dos quadros do pintor Almeida Junior, pintor conhecido pela temática regionalista, Entre os quadros com temáticas rurais, a tela que possivelmente é a mais famosa, é a do *Caipira picando fumo* (1893), que retrata um homem do campo, vestido de maneira simples, sentado em frente a sua casa, preparando o fumo com uma faca, no ponto central do quadro. É de se destacar também, a presença constante de ferramentas e armas nesses quadros de Almeida Junior, elas são tradução de um homem do campo ativo, que está realizando alguma ação, ou, no caso d' *O Derrubador Brasileiro* (1879), que parece recém ter terminado alguma atividade. Para além da figura ativa, ligada a uma ação, há também a figura da violência. Muitas das ferramentas que são apresentadas nos quadros são ferramentas ambíguas, que podem ser utilizadas como armas, machados, facas, espingardas, todas podem ser usadas para além de utilitários, como canais de violência, dando uma ideia de paz e tranquilidade passageiras¹⁴.

Outra representação do topos do homem do campo é a dos livros de Monteiro Lobato. Os livros que narravam as aventuras dos habitantes do *Sítio do Pica-pau Amarelo* foram sucesso entre o público infantil ao se utilizar de uma narrativa fantasiosa. Entretanto, com um impacto tão grande quanto os livros infantis de Lobato, estavam os escritos que traziam como temática, o personagem Jeca Tatu. O primeiro foi um artigo para jornal, que mais tarde seria reeditado e publicado no livro *Urupês*,¹⁵ em que apresenta a figura do caboclo Jeca Tatu, um homem do campo que seria retrato do atraso da sociedade brasileira. O seguinte é sobre o Jeca Tatuzinho, onde Monteiro Lobato explica que o homem do campo realmente, é o retrato do atraso, entretanto, esse é um estado em que ele se encontra, e que ele pode ser retirado desse estado, discurso que foi incorporado por empresas farmacêuticas.¹⁶ O terceiro é um texto influenciado pelo período mais crítico e radical da vida de Monteiro Lobato,¹⁷ e chegou a ter sua publicação proibida, por mostrar o homem do campo, aqui chamado de Zé Brasil, como alguém que sofre com a desigualdade do país.

¹¹ VERGUEIRO, Waldomiro. A atualidade das histórias em quadrinhos no Brasil: a busca de um novo público. *História, imagem e narrativas*, São Paulo, vol. 3, nº5, setembro/2007 p.5.

¹² AUGUSTO, José Carlos. Um provinciano na corte: As aventuras de 'Nhô-Quim' e a sociedade do Rio de Janeiro nos anos 1860-1870. 2008, p. 82

¹³ Idem p.92

¹⁴ COLI, Jorge. A violência e o caipira. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2002 p. 28.

¹⁵ LOBATO, Monteiro. *Urupês*. São Paulo; Brasiliense: 1994.

¹⁶ TORRECILLAS, M. V. C.. O estereótipo do caipira brasileiro na literatura, nos quadrinhos e na pintura. *Cadernos de Pós Graduação em Letras* (Online), v. 08, p. 3.

¹⁷ LAJOLO, Mariza. Jeca Tatu em três tempos. In: Schwarz R. (Org.) *Os Pobres na Literatura Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983 p.103.

Jeca Tatu se tornaria um personagem tão famoso, que na década de 1950 foi para os cinemas em um filme do ator e produtor Amácio Mazzaropi. O filme trata de mostrar um personagem que varia entre o que seria o Jeca Tatu e o Jeca Tatuzinho. O filme mostra um personagem que não trabalha, endividado e que somente atrasa a região onde está, ao atrapalhar seu vizinho trabalhador e italiano, ou seja, não é oriundo da região, não é um homem do campo brasileiro, por isso é diferente e se destaca negativamente¹⁸. Por não conseguir resolver seus próprios problemas, o personagem precisa durante o filme, da intervenção dos mais capazes, no caso, um deputado da cidade. E ao mostrar isso, o filme reforça a ideia de que o homem do campo precisava passar por uma intervenção externa para se tornar civilizado.

Nos quadrinhos, o personagem identificado com o mundo rural mais conhecido é justamente o personagem de Mauricio de Sousa, o Chico Bento, criado em 1963.¹⁹ O personagem é construído como um habitante do campo que tem uma forte ligação com a natureza, um modo de falar identificado com o do homem da área rural e que tira seu sustento da agricultura familiar. Outra característica recorrente é sua calma e passividade, chegando, em alguns momentos, a ser mostrada como preguiça. O ambiente em que Chico vive é um lugar quase inacreditável para a realidade urbana do século XXI. É uma pequena vila onde todos se conhecem, o centro da cidade é a praça que tem uma igreja católica, um coreto e praticamente nenhum sinal de indústrias e seus produtos. A comunicação com a cidade é um orelhão que fica em uma venda localizada na praça, quase não se veem carros, o meio que se usa para transportar o excedente da produção agrícola são carroças. Não existem eletrodomésticos na vida dos habitantes de Vila Abobrinha (cidade fictícia no interior de São Paulo onde se passam as histórias). O ambiente bucólico e a ligação forte do personagem Chico Bento para com o campo é ainda mais evidente quando o personagem Primo Zeca, ou apenas Primo aparece nas histórias. Ele é um menino que vive na cidade e está completamente adaptado ao seu ambiente e a modernidade e tecnologia, sendo um oposto de seu primo do campo. Quando os primos se encontram, há um claro desconforto, e um deles sempre se destaca pela falta de familiaridade com o ambiente e costumes do ambiente do outro. É a partir dessa falta de familiaridade que ocorre na interação de ambos, que as histórias publicadas entre 2009 e 2012 são analisadas nesta monografia.

Ao falarmos de histórias em quadrinhos, há algumas definições que utilizamos e entendemos nesse trabalho. Primeiro, recorreremos às definições de dois quadrinistas e teóricos de renome, Will Eisner e Scott McCloud.

Eisner usa o termo “arte sequencial”²⁰ para definir os quadrinhos e acaba por tratá-los como sinônimo. O termo demonstra bem a ideia das histórias em quadrinhos, o de se expressar artisticamente através de uma sequência, no caso, uma sequência de enquadramentos. McCloud vai se utilizar do termo arte sequencial também, mas tenta ir além do termo, descrevendo os quadrinhos com uma definição que talvez seja mais própria para um dicionário: “imagens pictóricas e outras justapostas em sequência deliberada”²¹. Outra definição aqui utilizada é a de Nestor Garcia Canclini que define os quadrinhos como um gênero impuro²², por ser, no entendimento dele, uma hibridação entre a pintura e

¹⁸ **TOLENTINO, Célia.** O rural no cinema brasileiro. São Paulo: UNESP, 2001 p. 99.

¹⁹ **DEL FAVERI, Maria de Lourdes.** O personagem “Chico Bento”, suas ações e seu Contexto: um elo entre a tradição e a modernidade. 2006p. 68

²⁰ **EISNER, Will.** *Quadrinhos e Arte Sequencial*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

²¹ **MC CLOUD, Scott.** *Desvendando os Quadrinhos*. São Paulo: Makron Books, 1995 p. 9.

²² **CANCLINI, Nestor Garcia.** *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4º ed. S. Paulo: EDUSP, 2003, p. 336.

o texto, se tornando então um componente central da cultura contemporânea. O autor chama atenção também para o fato de as histórias em quadrinhos terem como especificidade uma forte exploração da potencialidade visual da escrita e do dramatismo das imagens estáticas.²³

As histórias em quadrinhos se desenvolvem como um gênero num período em que a sociedade ocidental é fortemente permeada pelo pensamento moderno. Aliando isso com a modernização e avanço tecnológico que a Revolução Industrial proporcionava especificamente à prensa, os quadrinhos puderam se tornar um bem cultural com um grande alcance. Mais do que isso, com os novos recursos tecnológicos, os limites se expandiram²⁴, pessoas poderiam percorrer distâncias maiores em menos tempo, o que também ajudou na propagação do gênero de quadrinhos.

Não apenas pessoas tiveram seus limites aumentados, mas também os valores culturais que elas levavam consigo, puderam alcançar novos espaços, isso possibilitou vários contatos entre culturas que até então não haviam se encontrado. Isso combinado com os preceitos do Iluminismo iria influenciar um aumento na produção cultural. Há também o processo de criação da nação, muito além da unidade política do Estado, mas como uma pretensa unidade mental e cultural de seus habitantes. Tem-se uma impressão de encolhimento do espaço, a partir do momento em que há uma maior capacidade de mobilidade, não só de pessoas, como de culturas.²⁵ O aumento da produção cultural nesse contexto, se torna algo a ser incorporado pelas forças do capital, entrando na máquina capitalista, criando um mercado maior de reprodução e distribuição da cultura, um mercado de bens culturais. Esse mercado de bens culturais age tanto no momento de ampliar o alcance que a obra tem, podendo impactar um maior número de consumidores, quanto no sentido de influenciar a estética artística. Se por um lado, há uma autonomia cultural em relação aos valores da religião e da metafísica, há uma dependência do capital que é um agente definidor.²⁶

Dentro de todo esse contexto que aponta para o predomínio da ideia de modernidade e da relação que a ideia de moderno e da tradição tem entre si, e inclusive dentro do gênero de quadrinhos que se forma nesse contexto, está também a questão da identidade. Uma identidade que tanto na figura do Primo, quanto do Chico Bento, lembra o sujeito que Stuart Hall descreve,²⁷ como um sujeito que tem sua identidade cultural nacional e suas identidades culturais contraditórias e moveis,²⁸ no caso, com uma identidade regional, muito forte, seja essa região cidade, ou campo.

Ao problematizar as histórias nesse recorte temporal, de 2009 a 2012, em especial aquelas que têm a presença do Primo Zeca, percebeu-se que mostram características híbridas entre o rural e o urbano, e que trazem para essa discussão identitária diversos temas que podemos chamar de atuais, como por exemplo, a relação do homem com a natureza através de um discurso ambientalista, os rituais festivos urbanos e rurais; o confronto do homem do campo com elementos da modernidade, entre outros. Esses assuntos são representados, por vezes, com aspecto cômico, com intuito de trazer uma ideia de humor e em outras vezes com teor mais crítico e, noutras ainda, com caráter didático.

²³ Idemp. 339.

²⁴ **ORTIZ**, Renato. *Op Cit* p.21.

²⁵ Idem p.47.

²⁶ **CANCLINI**, Nestor Garcia. *Op Cit*, p. 33

²⁷ **HALL**, Stuart. *Op Cit*, p.67

²⁸ Idem p. 11

FAMÍLIA NORTE-AMERICANA E MISÉRIA ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES DA POBREZA E DA INSTITUIÇÃO FAMILIAR EM *AS VINHAS DA IRA*, DE 1940.

Aluna: Flávia da Rosa Melo

Orientador: Pedro Plaza Pinto

Palavras-chave: História e Cinema; Análise Fílmica; Representação.

Os filmes são consequência e produto das contingências e interpretações da época de sua produção, cada um singular em sua compreensão sobre tal momento histórico. Discussões historiográficas sobre a relação entre os campos do cinema e da História vêm tendo desde a década de 1980 um lugar mais receptivo nos espaços acadêmicos, sendo tal relação reconhecida como uma nova perspectiva de estudo sobre o passado. O trato que o historiador tem com o audiovisual deve considerar que enquanto construção, o cinema não trata da realidade e é uma metáfora, sobretudo imagética, sobre o passado que conta e o período em que foi produzido, compreendendo assim que o cinema não é um documento politicamente neutro, pois mesmo que de forma inconsciente ou não explícita, apresenta fenômenos históricos inteligíveis¹.

Assim como a função mediadora do historiador constrói nossas possibilidades sobre o passado, uma análise de documento fílmico é também relativa à função mediadora do analista². Compreendemos os filmes em sua relação com a história assim como Eduardo V. Morettin³ propõe: o passado que um filme reconstitui é, *a priori*, mediatizado, devendo-se dessa forma partir de análises que considerem perguntas postas pela própria obra, compreendendo o que, de que forma e com qual objetivo o filme conta uma história.

Assumindo que uma análise historiográfica que se utiliza de uma fonte audiovisual deve estudar o filme com uma metodologia condizente com sua fonte, esta monografia insere-se neste debate historiográfico pretendendo, através da análise fílmica, estudar como a instituição familiar e a miséria são representadas nos Estados Unidos da América na década de 1930 e início de 1940 no *road movie* intitulado *As Vinhas da Ira*⁴, dirigido por John Ford e produzido por Daryl F. Zanuck, lançado no ano de 1940. Para tanto, o trabalho foi dividido em três momentos: uma revisão bibliográfica acerca da relação entre Cinema e História e da metodologia de análise fílmica; uma revisão historiográfica acerca da situação dos Estados Unidos na década de 1930 e início de 1940 e, por fim, uma análise fílmica da fonte escolhida.

Sobre os elementos imagéticos de *As Vinhas da Ira*, é fundamental o significado do automóvel e da viagem neste filme. Ao longo da história do cinema, seu desenvolvimento enquanto arte e indústria gerou a categorização de *gêneros cinematográficos*, levando em consideração características estéticas e elementos narrativos específicos em cada caso⁵.

Um gênero de cinema reconhecido por filmes de grande sucesso e com enredos críticos à sociedade é o gênero de *road movie*, o filme de estrada. Para Jacques Aumont e Michel Marie⁶, são características narrativas e estéticas que sustentam a concepção de gênero, elementos que tornam a periodização das produções bastante flexível.

¹ OLIVEIRA, Dennison de. **O Cinema como fonte para a História**. Disponível em: <http://www.poshistoria.ufpr.br/fonteshist/Dennison.pdf>

² AUMONT, Jacques; MARIE, Michel. **A análise do filme**. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2004. PP5 - 16

³ MORETTIN, Eduardo V. **O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro**. In: História: questões & debates. Curitiba, PR: Ed. UFP, Ano 20, no 38, 2003. P 39

⁴ AS VINHAS DA IRA. Direção de John Ford. Estados Unidos, 1940. 1 DVD. Twentieth Century Fox Film Corporation. 129 min, preto e branco.

⁵ BERNARDET, Jean-Claude. **O que é Cinema**. São Paulo: Brasiliense, 2006. P. 75

⁶ AUMONT, J.; MARIE, M. **Dicionário teórico e crítico de cinema**. Campinas: Papirus, 2003. P 142.

Historicamente, o gênero de *road movie* é reconhecido em filmes da década de 1940, de início uma produção típica do cinema norte-americano, sendo os filmes das décadas de 1960 e 1970 como *Easy Rider* (Dennis Hopper, 1969) e *Bonnie and Clyde* (Arthur Penn, 1967) os mais representativos deste estilo. Dentro dos aspectos formais da categorização de *road movies*, *As Vinhas da Ira* pertencente a este gênero de cinema pois compreendemos que *road movies* são filmes cujo fio condutor é uma viagem, comumente vista como fuga de uma situação social como o espaço familiar, o mundo do trabalho ou uma contingência político-econômica⁷, por exemplo.

A mobilidade possibilitada pelo automóvel e a estrada relacionam-se neste sentido com a locomoção física e com a exploração dos personagens de suas identidades frente ao âmbito da modernidade e suas crises e contradições, transformando-os em agentes questionadores da sociedade em que estão inseridos⁸. Assim, esta pesquisa buscou analisar o filme *As Vinhas da Ira* dentro desta ambientação imagética relacionada à viagem para Califórnia ambientada na década de 1930, com a proposta de analisar através deste filme como se constrói a representação de família norte-americana e de miséria neste período.

Ainda que possamos, portanto, esperar pontos de desacordo quanto a definição e a origem dos *road movies* em termos gerais, compreendemos nesta análise que uma fuga pode ser também uma necessidade, uma luta do(s) protagonista(s) por um lugar de um indivíduo ou um grupo social.

Uma contingência histórica que acirrou estes questionamentos identitários e gerou situações sociais específicas nas décadas de 1930 e 1940, definidoras na análise de *As Vinhas da Ira*, é a maior crise econômica da história dos Estados Unidos. Segundo Leandro Karnal⁹, o colapso financeiro do país em outubro de 1929 colocou um fim nas certezas econômicas e sociais liberais anteriores a Primeira Guerra Mundial, desejadas durante a década de 1920. O desemprego e a miséria social em massa tornam-se as principais características da história norte-americana dos anos de 1930. Com um panorama de crise, a política do Estado norte-americano voltou-se para uma configuração reformista, e um programa de intervenção estatal foi o projeto político do período da Grande Depressão¹⁰. Para Alan Brinkley, a administração do democrata Franklin Delano Roosevelt na presidência dos Estados Unidos do período Entre Guerras é tão central na análise de muitos pesquisadores que o termo *New Deal* não representa apenas um conjunto de políticas e instituições para salvaguardar a democracia e salvar a economia do Estado, é a política e o pensamento político da era como um todo¹¹.

As Décadas de Crise¹² da economia dos Estados Unidos tiveram uma contingência ainda mais cruel fora dos grandes centros urbanos, mais precisamente nas planícies do sul. Na década de 1930 os Estados Unidos sofreram a maior seca registrada até então, considerada um dos maiores desastres ambientais da história do país. As tempestades de areia que vem a ocorrer neste período ficaram conhecidas como as *Dust Bowl*, e são determinantes para se compreender os problemas sociais que vão afetar principalmente as populações das Grandes Planícies, representadas em *As Vinhas da Ira*. Para o governo dos

⁷ Idem.

⁸ MOSER, Walter. **Le Road Movie: un Genre Issu d'une Constellation Moderne de Locomotion et de Médiamotion**. IN: Cinémas : revue d'études cinématographiques / Cinémas: Journal of Film Studies, vol. 18, n° 2-3, 2008.

⁹ KARNAL, Leandro. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

¹⁰ Idem, P 127

¹¹ BRINKLEY, Alan. Prosperity, Depression, and War, 1920-1935. In: FONER, Eric. **The New American History**. Philadelphia: Temple University Press, 1997. P 128

¹² HOBSBAWM, Eric. Guerra Fria. In: **A Era dos Extremos: o breve século XX (1914 – 1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. P. 398

Estados Unidos, a *Dust Bowl* agrava a crise econômica na medida em que as produções agrícolas despencam e as populações afetadas pela seca tornam-se grandes contingentes migratórios, agricultores de pequeno porte em sua extensa maioria, refugiando-se por todo o país. Segundo Donald Worster¹³, os agricultores demoram a sentir as consequências da Crise de 1929 em seu estilo de vida, pois eram acostumados a ter seu estoque independente de alimento e, para os agricultores de menor porte que eram os mais comuns na região afetada pela seca e ventos, mantinham-se distantes das variações econômicas causadas pelas indústrias nos grandes centros urbanos. Os efeitos da Crise de 1929 passam a ser mais sentidos quando os bancos começam a falir e os empréstimos param de ser efetuados por volta de 1932, infelizmente, no mesmo período em que as ondas de calor e seca começam a ocorrer. Para Worster, a Grande Depressão e a *Dust Bowl* são os dois grandes traumas do século XX norte-americano: são simultâneas e se somam como determinantes nos processos migratórios subsequentes que o filme *As Vinhas da Ira* retrata.

Os *dirthy thirties*¹⁴ criaram um contexto tão ímpar na sociedade que medidas estatais foram tomadas para se pensar na gerência e na reconstrução das sociedades campestres. A *Farm Security Administration*, organismo do Estado norte-americano vinculado ao *New Deal* pretendia pensar e solucionar o problema da crise no campo, tinha o encargo de estudar e buscar soluções para os problemas que afetavam as populações rurais. A *FSA* também teve uma produção visual e histórica dos anos de 1930 e 1940 que é referência sobre análise daquela sociedade. O número total de registros fotográficos produzidos pela equipe da *FSA* durante a Grande Depressão passa dos 250 mil, entre negativos e fotografias impressas¹⁵. As fotografias¹⁶ de Dorothea Lange, Walker Evans e os outros membros do grupo da *FSA* construíram nossa visão do período: uma mãe migrante e seus filhos pequenos, as tempestades de areia cobrindo o céu de cidades inteiras, fazendeiros e seus filhos caminhando em meio ao campo devastado e inúmeras menções a estrada, a nova casa destes que perderam tudo para as *Dust Bowl*.

Este período acirrou racismos dentro dos Estados Unidos, como exemplo a denominação pejorativa *okies*, utilizada no período para se referir aos migrantes do estado de Oklahoma, mencionada diversas vezes em *As Vinhas da Ira*. Não faltaram críticos contemporâneos ao momento para apontar as consequências do modelo capitalista liberal do início do século XX para alguns segmentos da sociedade norte-americana, e as desigualdades e misérias do *american way of life* foram postas em tela com este filme.

Sendo assim, o capítulo final desta monografia contempla a análise da fonte *As Vinhas da Ira*, em inglês *The Grapes of Wrath*, um filme da 20th Century Fox de 15 de março de 1940¹⁷, inspirado no romance homônimo de John Steinbeck lançado em 1939. O filme conta a saga da família Joad, que, como retrato das famílias de arrendatários que enfrentam a crise no campo da década de 1930, perde sua fazenda em Oklahoma para o banco e tem a estrada – a Rota 66 em direção à Califórnia – como a única possibilidade. Nesta viagem para a Califórnia os Joad partem de Oklahoma em uma família de 12 pessoas mais Casy, um ex pastor, mas somente 10 chegam até o destino. Os principais personagens desta história são Ma Joad, a matriarca, aquela representa a união da família e também a personagem no filme central nesta análise; Tom Joad, o filho mais velho, que sai da prisão

¹³ WORSTER, Donald. **Dust Bowl: The Southern Plains in the 1930's**. Oxford University Press Inc, 1980. P 10.

¹⁴ Idem.

¹⁵ Disponível em <http://www.steichencollections.lu/en/The-Bitter-Years> Acesso em 08 de maio de 2014.

¹⁶ A *Library of Congress*, instituição do governo norte americano, disponibiliza em seu catálogo virtual um vasto material destas fotografias que permite o conhecimento, o estudo e a análise destes trabalhos. Disponível em <http://www.loc.gov/pictures/collection/fsa/> Acesso em 10 de maio de 2014.

¹⁷ Disponível em http://www.imdb.com/title/tt0032551/?ref=nm_filmg_dr_50. Acesso em 08 de maio de 2014.

dias antes da família partir e que, durante o filme, toma conhecimento da situação de mundo de sua família e sua gente, que ele desconhecia dentro da prisão; Casy, o ex-pastor, que perdeu sua fé e acompanha a família, e Pa Joad, o patriarca da família que é nostálgico com o passado e a lembrança de sua terra e que não consegue se adequar a nova realidade. A Califórnia é o destino, pois houve na região em que os Joad moravam a entrega de panfletos anunciando a necessidade de trabalhadores para as colheitas de frutas no oeste dos Estados Unidos.

A ambientação do filme se passa toda ligada à estrada e ao caminhão que a família compra para esta viagem para a Califórnia, e ilustra a situação de miséria e de luta da família para chegar ao seu destino. Compreendemos que nesta viagem os Joad passam por uma mudança na instituição familiar, pois é uma figura feminina quem os mantém unidos e quem toma a frente nas escolhas para os seus. Assim, a família Joad representa as mudanças que as famílias sofreram e sua perda de lugar social.

A perda da fazenda – o espaço geográfico dos Joad – influencia na própria configuração de poder dentro da família, uma vez que a Ma Joad passa a ter o lugar central, pois Pa Joad é um personagem nostálgico: ele não consegue deixar sua lembrança do que era sua família e sua terra, não consegue lidar com a modernização do campo; é preso e representa um passado anterior a Crise Econômica e a *Dust Bowl*. É Ma Joad que se desvencilha da configuração de sua família que vivia em Oklahoma e quem representa os valores da família americana que os mantém unidos, sendo a figura feminina neste filme que lida com a transformação do modelo patriarcal de família neste período Entre Guerras.

A instituição familiar é exaltada no filme e os Joad apresentados como sobreviventes, a mostra do que os *okies* sofrem e como este grupo social não é o culpado pela situação em que vivem. John Ford e Daryl Zanuck são conservadores sobre a consciência política da família Joad a respeito da contingência histórica: mesmo com um estilo documental da narrativa fílmica, o enredo não politiza os Joad, e eles não culpam o modelo capitalista sobre sua situação, nem mesmo o clima, eles são sobreviventes e seus valores os mantém vivos; eles e as outras famílias da Crise são *self made mans* por sobreviverem mesmo com todas as adversidades.

Com isto, esta jornada até a Califórnia apresenta um início de reconfiguração da família estadunidense do pós-Crise de 1929, pois a antiga estrutura de família essencialmente patriarcal é obsoleta e perde seu espaço neste novo mundo. Entendemos assim que o filme retrata os Joad como representantes dos sofrimentos dos *okies*, e sua relação com as pessoas que encontram na estrada constrói uma exaltação do modelo de família norte-americana.

Corroborando a compreensão do filme como um *road movie*, o caminho dos Joad até a Califórnia é uma jornada singular da família Joad e uma construção desta família como representativa dos valores de resistência da família americana em face à Crise Econômica e aos desastres ambientais. A narrativa do filme se dá de forma linear, de maneira com que o espectador acompanha e se identifica, podendo até se compadecer desta família. Pontuamos que o personagem de Tom Joad faz uma jornada de esclarecimento, pois seu personagem e o de Casy são aqueles que veem algo a mais naquela situação injusta (principalmente por serem eles trabalhadores além de uma família) quando chegam à Califórnia. Estes personagens são aqueles que tomam uma consciência que é de classe, de resistência ao sistema capitalista e da necessidade da luta e união dos trabalhadores. O tempo e o espaço diegético de Ford são conservadores politicamente, mas com a morte de Casy pela polícia em uma greve de trabalhadores, Tom Joad percebe a necessidade de luta: ele se torna refém do sistema por mais uma razão, pois as contingências o forçam a cometer mais um assassinato e, por isto, deixar sua família.

O segundo eixo temático escolhido nesta pesquisa foi à miséria. O filme *As Vinhas da Ira* tem um aspecto documental, e o estudo da miséria neste filme relaciona-se com sua similaridade imagética com as produções fotográficas do *FSA*. Corroboramos que este filme faz parte de um momento histórico que tem um estilo visual realista próprio e que os realizadores se utilizaram desta característica visual para estruturar sua proposta de defesa dos Joad (como representantes de um grupo social) em face aos preconceitos sofridos pelos migrantes dentro do próprio país. Assim, a análise do filme propõe-se a apresentar a miséria como uma questão de Estado, que demonstra como em uma parte dos Estados Unidos, as estruturas sociais e econômicas estão ruindo no período. A fome a pobreza enfrentada pelos Joad e as outras famílias que se relacionam com eles no decorrer do filme explicita como a Crise Econômica e a *Dust Bowl* quebrou uma estabilidade não somente econômica mas também social, pois estes que estão na estrada não pertencem mais a lugar algum. A sequência final do filme é emblemática sobre esta instabilidade social e sobre o valor da família norte-americana, uma vez que tem a família na estrada novamente após a partida de Tom, e Ma Joad conversando com Pa Joad e Al, agora o irmão mais velho da família. A fala de Ma Joad é sobre seus sentimentos sobre aquele mundo e tudo que eles viveram até então, sobre medo, solidão e fome, e é também uma exaltação sobre o povo pobre, pois são eles que continuam em frente. O filme é assim uma promessa de que eles – não só os Joad, eles os pobres – continuarão vivos e lutando, porque eles são o povo, e eles carregam os valores norte-americanos.

Desta maneira é possível aponta a fonte escolhida como um discurso cinematográfico parcial construído sob a influência do local e dos eventos de sua produção, da obra da qual foi adaptado e com mediações com uma produção visual do período de sua produção. O diálogo entre Cinema e História é prolífico, até mesmo complexo, pois carece de uma atenção do analisador que considere a linguagem cinematográfica e a relacione com a proposta e o período político, social, econômico e cultural do filme. São estes aspectos, cultural e político, que potencializam a recepção do filme por parte do público, visto que há uma identificação dos temas com o período histórico que pode revelar sobre o público que era o espectador. Assim, *As Vinhas da Ira* pode ser considerado como um medidor da situação dos Estados Unidos na década de 1930, pois é um filme pensado para um público que não é o mesmo que ele retrata: mesmo de forma conservadora, ele mostra para aqueles que não são os *okies* e que não tiveram a mesma experiência da crise econômica e dos problemas gerados pelo sistema capitalista no campo, as crises sociais, trabalhistas, familiares e a miséria causadas pelo liberalismo e a *Dust Bowl*, criando uma identificação do representado e o espectador através da exaltação de valores familiares da sociedade norte-americana.